



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFROBRASILEIRA-UNILAB
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO – PROGRAD
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PRESENCIAL**

ADRIANO FRANCISCO BOAVENTURA CASSULE

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DE PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO EM ANGOLA: UM ESTUDO DAS
DIFICULDADES ENFRENTADAS POR ESTAS PESSOAS**

REDENÇÃO-CE

2023

ADRIANO FRANCISCO BOAVENTURA CASSULE

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DE PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO EM ANGOLA: UM ESTUDO DAS
DIFICULDADES ENFRENTADAS POR ESTAS PESSOAS**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Administração Pública Presencial da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública. Orientadora: **Profa. Dra. Andrea Yumi Sugishita Kanikadan.**

REDENÇÃO-CE

2023

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Cassule, Adriano Francisco Boaventura.

C336p

Políticas públicas de inclusão de pessoas com deficiências no mercado de trabalho em Angola: Um estudo das dificuldades enfrentadas por estas pessoas / Adriano Francisco Boaventura Cassule. - Redenção, 2023.

75f: il.

Monografia - Curso de Administração Pública, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2023.

Orientador: Profa. Dra. Andrea Yumi Sugishita Kanikadan.

1. Pessoas com deficiência. 2. Mercado de trabalho - Angola.
3. Políticas públicas. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 331.702

ADRIANO FRANCISCO BOAVENTURA CASSULE

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DE PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO EM ANGOLA: UM ESTUDO DAS
DIFICULDADES ENFRENTADAS POR ESTAS PESSOAS**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Administração Pública Presencial da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Aprovado em: 15 de junho de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



ANDREA YUMI SUGISHITA KANIKADAN

Data: 28/06/2023 12:03:59-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Andrea Yumi Sugishita Kanikadan (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB

Prof. Dr. Pedro Rosas Magrini

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB

Documento assinado digitalmente



ROSALINA SEMEDO DE ANDRADE TAVARES

Data: 28/06/2023 14:06:02-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Rosalina Semedo de Andrade Tavares

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais Eva Maria Boaventura e Francisco Domingos Cassule, e aos meus irmãos, Ilídio, Eugênia, Kelson, Conceição, Jose, Ester, Feliciano e a minha noiva Luciana Rebeca.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, criador dos céus e da terra, que permitiu que eu vivesse cada etapa da minha vida desde a minha existência até a minha formação acadêmica. Agradeço a minha família, meu pai, Francisco Domingos Cassule, minha mãe, Eva Maria Boaventura, por serem meus pais e mais do que progenitores souberam cuidar e me ensinaram como caminhar e como dar a cada passo nesta vida, não seria possível chegar até aqui se não fosse eles. E dedico também aos meus irmãos, Ilídio Boaventura, Eugênia Boaventura, Kelson Cassule, Conceição Boaventura Cassule, José Walter Boaventura Cassule, Ester Boaventura Cassule e a Feliciano Boaventura Cassule, e minha noiva amor Luciana Rebeca Muteka Tchinguavoto que sempre esteve comigo cuidando, investiu e sempre acreditou em mim, e sem esquecer o grupo de coreografia Geração Eleita-Angola, todos vocês foram muito importantes neste processo.

Endereço também os meus agradecimentos à minha orientadora Prof.^a Dr.^a. Andrea Yumi Kanikadan, por cada momento proporcionado durante a minha formação acadêmica e principalmente nesta etapa de elaboração da monografia como Trabalho de Conclusão do Curso-TCC e também a Prof.^a Dr.^a. Rosalina Semedo de Andrade Tavares, por ser uma professora, mentora e uma grande inspiração na vida social e acadêmica.

Meus agradecimentos também são extensivos a Prof.^a. Dra^a Léia Cruz de Menezes Rodrigues e a Geordânia Maciel Souza, que me proporcionaram os melhores momentos da minha vida acadêmica e de experiência profissional no ILL. Agradeço a Jurema Agostinho e a Bernadeth que muito oraram por mim em cada momento.

Agradecer e aos meus colegas de trajetória da entrada 2019.1, em especial aos meus colegas: Mamadú Embalo, Isabel Sacabeto, Dionísia Cristóvão, Eulária Chivunda e Maria Crislany Kelly Oliveira. Agradecer a madrinha Carmem Tiago, aos meus amigos: casal Augusto Germano e Jurema Germano. Endereço também a minha gratidão a Ariete Valente, a minha amiga de longa data, a pessoa que sempre acompanhou meus passos, sucessos e fracassos, e sempre esteve para me ouvir e aprender junto.

Aos meus amigos Melciana Celestino, Jandira, Elias e Tatiana Joalcio que sempre apoiaram meus sonhos e acreditaram em mim. Ser grato também aos meus amigos José Costino, Francisco, Lamberth, Aníbal, Dário Sebastião, Nsimba Costa, que sempre me deram forças para continuar, agradecer a Cristina Saka, Priscila Penelope e a todos e todas que por esquecimento não pude mencionar na presente monografia, sou muito grato.

RESUMO

Abordar sobre políticas afirmativas nos países africanos é um desafio a ser encarado, mas torna-se necessário levando em conta as lacunas existentes na resolução de questões sociais pertinentes. A presente pesquisa tem como objetivo geral, refletir sobre as políticas públicas de inclusão de pessoas com deficiências no mercado formal de trabalho, face aos desafios enfrentados por estas pessoas na sociedade. Para a realização da presente pesquisa, foi utilizada a abordagem qualitativa e os procedimentos técnicos utilizados foram: bibliográficas e documental. Para a coleta de dados, entre as diversas modalidades de técnicas, escolheu-se o questionário e entrevista, que se encontra devidamente explicitado na metodologia do trabalho. Com isso, notamos que há uma necessidade de controle na aplicabilidade das políticas públicas criadas com enfoque a este grupo de pessoas, pois constatamos que a não fiscalização abre brechas para o não cumprimento das políticas públicas criadas, e conseqüentemente faz com que elas não atendam de fato as necessidades de inclusão de pessoas com deficiências no mercado de trabalho.

Palavras chaves: Deficiência. Mercado de trabalho. Políticas públicas.

ABSTRACT

Addressing affirmative policies in African countries is a challenge to be faced, but it becomes necessary taking into account the existing gaps in the resolution of relevant social issues. This research has the general objective of reflecting on public policies for the inclusion of people with disabilities in the formal labor market, given the challenges faced by these people in society. To carry out this research, a qualitative approach was used and the technical procedures used were: bibliographical and documental. For data collection, among the various modalities of techniques, the questionnaire and interview were chosen, which are duly explained in the methodology of the work. With this, we note that there is a need for control in the applicability of public policies created with a focus on this group of people, because we found that non-supervision of public policies created opens loopholes for non-compliance, and consequently makes them actually not to meet the inclusion needs of people with disabilities in the labor market.

Keywords: Deficiency. Labor market. Public policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELA

Tabela 1. Dados da população com deficiência em Angola em 2016.....	36
--	----

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGEM

Imagem 1- Mapa de Angola com províncias e capitais.....	50
Imagem 2- Ponto de vista dos entrevistados em relação as oportunidades de emprego em Angola.....	58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Dados da população com deficiência em Angola em 2016.....	37
Gráfico 2- Resposta à pergunta: “Em qual província você mora?	49
Gráfico 3- Resposta à pergunta: “É uma pessoa com deficiência? ”.....	52
Gráfico 4- Resposta à pergunta: “Qual é o seu nível acadêmico? ”.....	52
Gráfico 5- Resposta à pergunta: “Qual é o tipo de deficiência? ”.....	52
Gráfico 6- Resposta à pergunta: “Qual é a causa da deficiência? ”.....	53
Gráfico 7- Resposta à pergunta: “você trabalha? ”.....	54
Gráfico 8- Resposta à pergunta: “Já passou por atos preconceituosos em entrevista? ”.....	55
Gráfico 9- Resposta à pergunta: “Já ouviu falar de políticas públicas criadas para inclusão de pessoas com deficiências no mercado de trabalho em Angola??”.....	56
Gráfico 10- Resposta à pergunta: Ao teu ver, em Angola é mais fácil ser contratado (a) em empresa pública ou privada?	60

LISTA DE SIGLAS

ANCAA-Associação Nacional de Cegos e Amblíopes de Angola

AGT- Administração Geral Tributária

ANDA- Associação Nacional dos Deficientes em Angola

CPCD- Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas

CF- Constituição Federal

FAPED- Federação Angolana das Associações das Pessoas com Deficiência. Luanda- Angola

INEFOP- Instituto Nacional de Formação Profissional

INE -Instituto Nacional de Estatística

J.A- Jornal de Angola

LARDEF- Liga de Apoio à Integração dos Deficientes de Angola

MASFAMU - Ministério da Ação Social, Família e Promoção da Mulher

ONGs- Organizações Não Governamentais

OMS- Organização Mundial de Saúde

ONU- Organização das Nações Unidas

PCD- Pessoas com deficiências

UA- União Africana.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	10
2.OBJETIVOS.....	13
3. METODOLOGIA.....	13
3.1 Caracterização da pesquisa.....	13
3.2 Delimitação da área de estudo e escolha da instituição da pesquisa.....	15
3.3 Instrumento e Técnica de coleta de dados.....	17
4. REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
4.1 Políticas Públicas.....	20
4.1.1 Criação das Políticas Públicas.....	23
4.1.2 Tipos de Políticas Públicas.....	26
4.1.3 Atores das políticas públicas.....	28
4.2 Importância das políticas públicas.....	30
4.3 Deficiência.....	32
4.3.1 Deficiência em Angola.....	34
4.3.1 Organizações que defendem pessoas com deficiências em angola.....	39
5. DIFICULDADES NA INCLUSÃO AO MERCADO DE TRABALHO.....	41
6. ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS.....	47
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
8. REFERÊNCIAS.....	65
APÊNDICE	

1.INTRODUÇÃO

A necessidade de inclusão de certos grupos sociais como pessoas com deficiência, tem sido um assunto ainda pouco abordado na esfera social e acadêmica principalmente em Angola, embora sendo de extrema importância por se tratar de uma questão de direitos humanos, percorrendo também nas esferas das políticas públicas de inclusão, para estabelecer equidade dentro das sociedades, sobretudo no mercado de trabalho. Este conceito de equidade foi desenvolvido por Aristóteles, onde o mesmo faz uma distinção entre a justiça social e a justiça política. Além de Aristóteles, outros demais conceitos formulados por vários autores serão apresentados com mais ênfase no desenvolver da presente monografia. Mas antes de prosseguirmos com a nossa abordagem, é interessante de um modo resumido, localizar geograficamente ao caro leitor sobre o país em estudo (Angola) para termos uma visão bem mais clara sobre a temática a ser abordada.

A República de Angola ou simplesmente Angola como é comumente chamada, é um país que faz parte do continente africano, localizado mais concretamente na região ocidental da África Austral, ou seja, na África subsaariana, fazendo fronteira a norte com a República Democrática do Congo, a leste com a Zâmbia, ao sul com a Namíbia e a oeste é banhada pelo oceano atlântico. Possui uma extensão territorial de 1.256.700 km² dividida extensão marítima e terrena constituída por 18 províncias, nomeadamente: Luanda (cidade capital), Malanje, Cabinda, Cunene, Zaire, Uíge, Bié, Cuanza Sul, Cuanza Norte, Bengo, Caxito, Cuando Cubango, Lunda Norte, Lunda Sul, Namibe, Huíla, Moxico e a província do Huambo. Tendo como as suas três maiores províncias: Moxico, Cuando-Cubango e Lunda Norte. Em Angola, as províncias são constituídas por municípios e distritos, e fazendo uma diferenciação superficial entre municípios e distritos, podemos dizer que os municípios são uma divisão administrativa maior que constituem uma província, e o distrito sendo a subdivisão destes municípios por ser uma região territorial relativamente menor.

Com base no relatório mundial sobre deficiência apresentado pela OMS (2012), pessoas com deficiência apresentam piores resultados socioeconômicos e pobreza comparado às pessoas que não apresentam alguma deficiência, isto nos remete a uma desigualdade provocada por preconceitos instalado na sociedade, trazendo a concepção de incapacidade ou até mesmo “inutilidade” no âmbito de inserção no mercado de trabalho. Pessoas com deficiências vivem esta realidade dia após dia se observarmos, há uma circulação reduzida e dificultada de pessoas com deficiência pelas ruas, em relação a pessoas que não possuem

algum tipo de deficiência, defende-se que o principal motivo é a falta de políticas voltadas à acessibilidade de certos serviços.

Segundo a (OMS, 2012, p.3) “Historicamente, as pessoas com deficiência têm em sua maioria sido atendidas através de soluções segregacionistas, tais como instituições de abrigo e escolas especiais”. No ramo empregatício observa-se a falta de oportunidades e acessibilidade para pessoas com deficiências, daí surgem algumas questões a serem refletidas, como o porquê que em vez das pessoas com alguma deficiência terem que fazer o trabalho mais difícil de enfrentar a falta de acessibilidade nos lugares públicos de lazer, nas escolas e sobretudo no trabalho, não se criaria meios para promoção de acessibilidade das mesmas? Porque não se propicia condições necessárias de acessibilidade para que haja um maior engajamento deste grupo de pessoas nas atividades no quotidiano? Por que a falta de inclusão no mercado de trabalho?. Estas são questões a serem pensadas pelas entidades públicas, privadas e não só, como também para a sociedade civil no sentido de conscientização a respeito das pessoas com alguma deficiência.

Partindo da existência de exclusão de certos grupos da sociedade nas atividades do quotidiano, criam-se as políticas públicas com o objetivo de atender as necessidades de uma parcela da sociedade e dar notoriedade a certos grupos sociais, e no sentido de promover a participação e inclusão social, visto que é notável a falta de acesso de forma igualitária aos serviços de assistência médica, educação, e oportunidades de emprego para pessoas com deficiências sobretudo em Angola.

Em 2014 realizou-se em Angola o censo populacional através do Instituto Nacional de Estatística-INE, em que na qual foram verificados que havia no total 24,3 milhões de habitantes, sendo 11,8 milhões do sexo masculino (48% da população total) e 12,5 milhões do sexo feminino (52% da população total), e segundo os dados fornecidos por este censo, Angola está com aproximadamente 25.789.024 habitantes. Estes dados obtidos também mostraram que em Angola totaliza 656.259 pessoas com deficiências subdivididas em gênero e idades, e tipos de deficiências distintas, sendo: 365.858 do sexo masculino e 290.400 do sexo feminino, estima-se que houve um aumento significativo até o presente ano (2023).

Segundo casos observáveis, pessoas com deficiência sofrem uma certa exclusão por parte da sociedade civil, e muitas vezes são taxadas como “inúteis” e “incapacitadas”, o que a tem se manifestado de forma explícita na fala de pessoas que vivenciam tais situações, sobretudo quando se referem a falta de inclusão no mercado de trabalho formal em Angola, o

que suscita em nós algumas indagações que nortearão a nossa pesquisa, como: quais motivos incitam a exclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho formal em Angola? Quais meios ou medidas tomadas pelo governo para inclusão e sobretudo acessibilidade destas pessoas no âmbito empregatício em Angola?.

O motivo que me levou a propor o presente estudo, foi a disciplina estudada no meu terceiro semestre do curso de Administração Pública, denominada “políticas públicas gênero raça e geração” ministrada pelo professor Dr. Pedro Rosas Magrini, em que na qual abordamos sobre as políticas de inclusão face à exclusão de certos grupos na sociedade e sobretudo a efetivação das mesmas. E por outra, é a pouca abordagem sobre este assunto na esfera social e sobretudo na esfera acadêmica em Angola, o que deixa a desejar sendo que é de extrema importância. Por fim, pelo interesse pessoal sendo que me identifico com o tema por ser cidadão angolano, e também profissional, pretendendo dar continuidade à pesquisa em estudos posteriores, abordando sobre a avaliação das políticas públicas de inclusão para este grupo de pessoas em específico.

A presente pesquisa é voltada a ciências sociais, ou seja, de impacto social no que concerne à questão de políticas públicas que visam a promover a inclusão social no mercado de trabalho dentro setor público. A temática é muito relevante face ao contexto atual, em que na qual luta-se para promover a inclusão de pessoas socialmente excluídas, por causa de alguma deficiência, cor de pele, proveniência ou situações de gênero, visto que as políticas públicas visam dar respostas e deste modo atender às necessidades da sociedade, e uma das necessidades ignoradas muitas vezes na sociedade angolana é de mais criação de políticas públicas de inclusão e da sua notoriedade. As pessoas com deficiência em Angola poucas vezes são contempladas de forma mais célere, e muito menos inseridas de forma igualitária no mercado de trabalho. Desta feita, a presente pesquisa está voltada a este grupo de pessoas.

A pesquisa teve como base, fontes secundárias, como artigos, publicações em revistas informativas, jornais, e como se trata de luta de reivindicação de direito a oportunidades, fizemos o uso também das leis/normas, Decretos e outros demais documentos normativos que tratam sobre pessoas com deficiências e o acesso ao mercado de trabalho em Angola, para melhor embasamento da nossa abordagem. E por fim, foi realizada uma pesquisa de campo, através da entrevista via questionário feito e enviado para as pessoas com deficiências em Angola, não se restringindo em algum tipo de deficiência em específico e nem em apenas na província capital (Luanda), para assim termos informações de diferentes realidades.

Esta busca e recolha de dados resultou no objeto de estudo, no que foram analisadas as respostas obtidas e após isso, e por fim, foi feita uma breve discussão dos resultados entre os pontos teóricos apresentados e as dificuldades enfrentadas relatadas pelos entrevistados concernentes a inclusão no mercado formal de trabalho.

2. OBJETIVOS

Refletir sobre as políticas públicas de inclusão de pessoas com deficiências no mercado de trabalho formal em Angola, face os desafios enfrentados por este grupo de pessoas na sociedade.

2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apresentar dados estatísticos de pessoas com deficiência em Angola;
- Identificar as causas da criação de políticas públicas de inclusão para pessoas com deficiências;
- Descrever a política pública existente destinada a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho em Angola;
- Apresentar as leis ou normas que regem ou auxiliam as políticas públicas de inclusão a pessoas com deficiências em Angola;
- Explicar sobre as consequências da falta de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

3. METODOLOGIA

No presente capítulo observamos os procedimentos metodológicos que serviram como meio para elaboração da presente monografia, procedimentos estes como a caracterização da pesquisa, descrevendo o público alvo da investigação, o motivo da delimitação do tema e sobretudo as técnicas de coleta de dados.

3.1 Caracterização da pesquisa

Antes de falarmos diretamente sobre os procedimentos utilizados, é interessante definirmos o que é um método. Segundo RAMPAZZO (2005, p.13) “método é um conjunto de etapas, ordenadamente dispostas, a serem vencidas na investigação da verdade, no estudo de uma ciência, ou para alcançar determinado fim”.

Para que uma pesquisa tenha um percurso direcionado, é necessário classificá-la quanto aos métodos adotados e as abordagens a serem utilizadas no processo da realização da mesma.

“Classificar significa organizar ou ordenar uma série de dados em diferentes classes, em uma ou mais variáveis. Na classificação, um todo ou universo (pessoas, coisas, acontecimentos) é dividido em partes (classes ou categorias: sexo, idade nacionalidade etc.). Os dados são agrupados em categorias para serem analisados” (LAKATOS; MARCONI, 2002, p.140).

Assim sendo, a presente pesquisa, em que na qual tem como finalidade, alcançar os objetivos já mencionados anteriormente, tem como natureza a pesquisa de caráter qualitativa.

“A pesquisa qualitativa não visa à quantificação, mas sim ao direcionamento para o desenvolvimento de estudos que buscam respostas que possibilitam entender, descrever e interpretar fatos. Ela permite ao pesquisador manter contato direto e interativo com o objeto de estudo” (PROETTI, 2018, p.2).

A monografia contou com o procedimento técnico de pesquisa bibliográfica e documental, uma vez que a utilização de artigos, monografias e livros, foram importantes para a elaboração da mesma. “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2008, p. 50). A utilização deste tipo de pesquisa nos possibilita realizar uma pesquisa mais aprofundada em relação ao tema em questão e objetivos propostos pelo mesmo.

“Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser re-elaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2002, p.4).

Para melhor embasamento da nossa abordagem a presente pesquisa teve como base também documentos legais, nomeadamente: a Constituição da República de Angola (2010), Decreto/lei, Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos Relativo aos Direitos das pessoas com Deficiência em África (2018), Relatório da CPCD (2016) que trata da implementação da Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, e o Relatório Mundial sobre a Deficiência, apresentado pela OMS (2012).

Quanto aos objetivos traçados, a monografia caracteriza-se como exploratória e descritiva, que segundo GIL (2002) a pesquisa exploratória, tem como objetivo proporcionar ao pesquisador uma maior familiaridade com o problema, ou seja, visa torná-lo mais explícito

ou até mesmo a constituir hipóteses. Ao passo que, a pesquisa descritiva objetiva a descrição das características de determinada população, fenômeno ou até mesmo estabelece relações entre variáveis pesquisadas.

A presente monografia teve como suporte fundamental o tipo de pesquisa hemerográfica. “A pesquisa hemerográfica é aquela que utiliza a consulta a materiais e impressos de circulação geral para obter dados veiculados em uma comunidade ou grupo social tendo como base informações e notícias” (FORTES, apud ZUCHERATO; CUNHA; DE FREITAS, 2014, p.103).

O tipo de pesquisa hemerográfica, é ainda pouco conhecido por não ser tão utilizado tanto quanto os demais tipos de pesquisa, ela oferece a possibilidade de ter informações jornalísticas como fundamento de uma pesquisa, utilizando o método de análise do discurso para se aprofundar na realidade a ser estudada, com o avanço da tecnologia ela utiliza não somente materiais impressos, como também digitalizados e divulgados em sites oficiais de notícias.

Foi utilizado este tipo de pesquisa para podermos conhecer sobre acontecimentos e vivências passadas de pessoas com deficiências em Angola reportadas via jornais e sites oficiais do país em busca de melhorias, e também para enxergarmos as manifestações do Governo e demais organizações face a determinadas situações ligadas à inclusão de pessoas com deficiências. Algumas fontes utilizadas durante a pesquisa foram: os sites de notícias Angola- D.W, Masfamu.gov.ao, ANDA Angola, jornal de Angola, e o site VOA.

3.2 Delimitação da área de estudo e escolha do público alvo da pesquisa

A delimitação da área de pesquisa acontece quando ou pesquisador pretende estudar um determinado facto ou acontecimento específico, ou seja, “a delimitação do universo consiste em explicitar que pessoas ou coisas, fenômenos etc. serão pesquisadas, enumerando suas características comuns, como, por exemplo, sexo, faixa etária, organização a que pertencem, comunidade onde vivem etc.” (LAKTOS, 1992, p.108).

Durante o processo de pesquisa, foram enfrentadas muitas dificuldades de acesso bibliográfico, pois a dificuldade de acesso às informações em Angola é um facto muito preocupante, isso se dá pelo índice elevado de pobreza, no que dificulta a inserção de pessoas com baixa renda no sistema educativo, pela dificuldade de acesso à internet para as famílias pobres, ou seja, os que têm pouco ou quase não têm poder de compra, pelo não incentivo à

pesquisa e publicação, pelo pouco material científico publicado com relação ao tema, e principalmente pelo pouco investimento na educação.

Todas estas dificuldades mencionadas refletem no quanto foi dificultoso referenciar alguns documentos públicos que seriam de fácil acesso sendo publicados, mas que só conseguimos citá-los através de outros órgãos públicos que acabam por mencionar trechos do mesmo tratando de assuntos concretos com suas particularidades. Assim sendo, a presente monografia tende a ser um contributo reunindo várias fontes para a formação de linhas de pensamentos com relação à temática a ser discutida.

Inicialmente a nossa pesquisa tinha o enfoque em estudo da praticidade da Administração Geral Tributária- AGT em Angola quanto ao cumprimento da política pública existente relativamente a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, no que receberam o questionário de pesquisa que fora feito, mas não tivemos algum retorno por parte da instituição pública mencionada, fazendo assim, com que mudássemos o nosso foco de pesquisa para as pessoas com deficiências, ou seja, inicialmente o objetivo era o de analisar a instituição pública empregadora, mas após a falta de respostas, passamos a analisar as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência no processo de inclusão no mercado de trabalho.

Este processo de troca de foco na nossa pesquisa, reflete a dificuldade que pesquisadores e acadêmicos enfrentam no que toca ao acesso às informações por parte das instituições públicas, até porque seriam as mesmas a incentivar a pesquisa para o benefício do país. Um outro fato a ser pensado é o acesso às informações dado com mais celeridade a pessoas de classe social alta, pessoas que têm familiares, amigos, ou colegas fazendo parte do sistema, o que fere o princípio da igualdade e o princípio da transparência.

Apesar de todas as dificuldades tidas durante a pesquisa, vale ressaltar que, neste universo de limitações existente para a busca e recolha de informações sobre a temática, existem trabalhos muito relevantes que não deixaríamos de mencionar como: SILVESTRE (2017), Ceará-Redenção, que trata sobre “políticas públicas para pessoas com deficiência: Um estudo comparativo Angola e Brasil”; D’AVILA (2018), Brasília, que trata sobre pessoas com deficiência em Angola na narrativa familiar: coragens e lutas por reconhecimento; ANTÓNIO; MENDES; GONZÁLEZ (2021), Brasil, em que na qual aborda sobre “políticas de educação especial numa perspectiva inclusiva em Angola: contexto, avanços e necessidades emergentes (1979-2017)”; e BARROSO, Nuno Paulino (2011), em Minas Gerais, que trata sobre “a inserção de pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho:

um estudo sobre o lugar das pessoas com deficiência em uma organização de serviço público em Angola”.

3.3. Instrumento e Técnica de coleta de dados

Na presente pesquisa também foi utilizada a técnica de entrevista através de questionário, para saber sobre a praticidade das políticas públicas de inclusão no mercado de trabalho em Instituições públicas e tendo como ponto principal os desafios enfrentados por este grupo de pessoas

“A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação” (GIL,2008, p.109).

Para LAKATOS e MARCONI (2003), o questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador.

Foi necessária a utilização desta técnica de pesquisa porque o país em que na qual é direcionado o estudo é diferente e distante do qual nos encontramos, para termos a visão da referida instituição com relação a necessidade de inclusão deste grupo social no mercado de trabalho e para obtermos também respostas por parte das pessoas com deficiências, sendo elas o foco principal da nossa pesquisa.

O questionário utilizado foi feito em modelo semiestruturado, ou seja, contendo perguntas abertas e fechadas. Foram feitas 19 (dezanove) perguntas fechadas, sendo 8 delas de múltipla escolha, e 2 (duas) perguntas abertas para dar ao entrevistado (a) se expressar de forma mais livre, totalizando assim 21 (vinte e uma) questões feitas aos entrevistados.

Quanto ao público alvo do questionário feito, foi endereçado à angolanos(as) com deficiência de diferentes províncias de Angola, nas idades compreendida de 18 a 48 anos, porque é com o extremo mínimo mencionado que a pessoa está autorizada a trabalhar formalmente em Angola e com 45 anos, mas foi preferível alargamos para mais 3 anos acima do permitido para admissão na função pública, para nos possibilitar refletir sobre questões mais abrangentes sobre os desafios enfrentados, seja para acesso ao mercado de trabalho, como durante o exercício de suas funções. Ele foi feito de forma aleatória, ou seja, para jovens e adultos de diferentes distritos e bairros das províncias de Angola, a fim de termos uma visão de realidades de diferentes pontos do país.

As questões enviadas via formulário eletrônico chegaram até as pessoas com deficiências em Angola através de amigos, colegas e familiares, que se encontram no Brasil e

em Angola, que ajudaram no envio e no esclarecimento do objetivo da pesquisa e do porquê foi utilizado o formulário como meio de realização da mesma.

O contato com as pessoas que intermediaram essa comunicação, deu-se através das redes sociais, nomeadamente: o facebook, whatsapp e o Instagram. Apesar da distância que existe entre o Brasil e Angola, o formulário eletrônico possibilitou uma interação rápida e de fácil compreensão para os entrevistados. Vale ressaltar que, por Angola ser um país com uma grande extensão territorial delimitado pelas 18 (dezoito) províncias, as províncias na qual obtivemos as respostas espelham minimamente os desafios enfrentados no processo de inclusão no mercado de trabalho, e em relação ao questionário feito, às pessoas com deficiências visuais e pessoas que não possuem membros superiores, tiveram apoio de familiares para responder o questionário, o que manifestou o interesse em contribuir para a realização da presente monografia.

As limitações durante o estudo de caso, deu-se pela distância entre o Brasil e o país da pesquisa (Angola), e sobretudo pela dificuldade que algumas pessoas apresentaram em relação ao acesso à internet para acessarem o link de pesquisa, a fim de responderem as questões contidas no formulário.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

Para darmos um pontapé de saída sobre a temática em questão, e entendermos sobre o motivo da criação das políticas públicas, nada melhor do que recorrermos a chamada lei magna que é a Constituição da República de Angola (2010), onde no seu artigo 23º aborda sobre o princípio da igualdade, afirmando que,

- “1. Todos são iguais perante a Constituição e a lei;
2. Ninguém pode ser prejudicado, privilegiado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão da sua ascendência, sexo, raça, etnia, cor, deficiência, língua, local de nascimento, religião, convicções políticas, ideológicas ou filosóficas, grau de instrução, condição económica ou social ou profissão” (ANGOLA, 2010, p.11).

Por um lado, este artigo constitucional nos remete a um pensamento de uma igualdade absoluta, ou seja, igualdade em direitos e deveres na sua totalidade. Por outro lado, nos traz algumas indagações quando o que se observa não condiz com o instituído por lei, quando nesta igualdade já contém diferenças descritas na mesma lei, quando somente as normas constitucionais não bastam para estabelecer as diretrizes de respeito a outrem de tratamento igualitário, tornando-se necessário a criação, implementação e sobretudo a

fiscalização na efetivação de alguma política pública para dar mais visibilidade a determinados e devolver direitos de determinados grupos da sociedade.

De acordo com Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos Relativo aos Direitos das Pessoas com Deficiência em África (2018),

“Os estados partes devem adoptar todas as medidas apropriadas e eficaz, incluindo disposições de natureza política, legislativa, administrativa, institucional e orçamental para garantir, respeitar, promover e cumprir os direitos a dignidade das pessoas com deficiência, sem discriminação com base na deficiência [..]” (UA, 2018, p.5-6)

Partindo desta declaração, podemos observar que se tornou um dever dos países africanos membros em relação promoção de oportunidades, combate contra a discriminação e criar políticas de inclusão, e sobretudo não somente respeitar, como também fazer respeitar as mesmas leis, normas e políticas públicas criadas que visam promover a participação ativa de pessoas com deficiências nas atividades sociais sem barreiras impostas pela sociedade, pois o não cumprimento destas normas e políticas públicas criadas configura em uma violação dos direitos humanos.

Diversos autores através de vários livros e artigos defendem a inexistência da igualdade social em termos de praticidade dos direitos e deveres, corroborando com os casos observáveis no cotidiano, o que não condiz com o que está respaldado na lei constitucional anteriormente citada. Desta feita, Aristóteles traz dois pontos muito importantes a serem refletidos, que é a diferença entre a justiça social e a justiça política para referir-se a um outro conceito de extrema importância que é a equidade, pois não tem como afirmarmos que existe igualdade se as oportunidades dadas a uns, são negadas a outros, se os direitos e deveres não são aplicados na mesma proporção para todos e levando em conta o contexto individual de cada situação.

Aristóteles (1991), no seu livro *Ética Nicômaco* define a equidade, ou seja, o equitativo como sendo o que é justo, mas não a justiça baseada na legalidade, mas sim um modo de corrigir a justiça baseada nas leis/normas que acaba tratando de modo a generalizar sendo que existem situações específicas que tem de ser levado em conta questões particulares. Assim sendo, o conceito de justiça aqui abordado é voltado aos direitos e deveres que cada pessoa possui como cidadão angolano considerando a realidade de vida de cada um.

Na concepção política, a justiça está embasada na legalidade, ou seja, nas práticas previstas com base na lei/normas, ao passo que a justiça social ou natural é aquela que está

relacionada à moral, aos direitos humanos aplicados em situações específicas, diferente da generalidade das normas legais e sua praticidade.

A equidade parte da necessidade de se fazer valer o que Aristóteles define como justiça social, ou seja, o justo, não baseado somente no que é legalmente estabelecido por governantes, ou decretos que de certa forma tem favorecido uma minoria em detrimento do sofrimento de uma maioria. Mas sim, à justiça estabelecida para que se promova benefício social considerando as particularidades de cada realidade. Desta feita, podemos dizer que a equidade é uma das consequências ou resultado, senão o principal resultado das políticas públicas quando consegue dar resposta às necessidades de determinados grupos desfavorecidos.

Muitas políticas públicas criadas e implementadas não contemplam pessoas com deficiências, o que transmite uma concepção de falta de atenção voltada a este grupo de pessoas por parte de governantes e organizações ligadas ou não à máquina estatal. Por se tratar de um número considerável de pessoas da sociedade angolana, merece atenção por parte de todos os constituintes da mesma, e é importante frisarmos que as sociedades são constituídas por pessoas com suas diferenças e particularidades, como por exemplo diferenças culturais, linguísticas, de crenças e principalmente no que concerne à constituição da estrutura física.

4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

Antes mesmo de abordarmos sobre as políticas públicas, é interessante primeiramente fazer uma breve menção sobre a distinção do que é “público” e o que é “privado” na óptica de prestação de bens e serviços, e após isso, contextualizar com base em alguns autores sobre as políticas públicas, a necessidade da criação das mesmas, suas tipologias e sobretudo a sua importância.

Segundo DIAS (2012) a administração pública teve o seu surgimento como um instrumento do Estado poder defender os interesses da população, isto é, interesses públicos e não dos privados. Isto nos remete que, assim como existe a necessidade da existência de deveres na sociedade, também se tem a necessidade promover o bem-estar social, não somente para uma parte da sociedade, mas sim para um todo.

Fazendo uma pequena distinção entre o que é público e o que é privado/particular, podemos dizer que o que é público, são bens e serviços que resultam dos esforços coletivos e que acaba tendo a pertença e benefício coletivo, e é gerido pelo Estado. Temos como exemplo

as praças públicas, que são construídas através dos impostos pagos pela sociedade, os hospitais gerais, campos de futebol, etc. Estes são construídos através do sistema econômico do país, onde o principal fator para se fazer possível a existência da mesma é a sociedade como um todo, pois sem a sociedade não há economia.

Ao contrário do que é público, quando estamos a nos referir no que é privado/particular, estamos a nos tratar de bens e serviços particulares, ou seja, são bens ou serviços prestados por empresas e organizações particulares, com finalidade de benefício individual e que são resultado de esforços individuais ou até mesmo coletivo de grupos restritos. Por exemplo: casas, empresas particulares, celulares, utensílios pessoais, tudo isso representa um bem particular porque pertence a uma pessoa física individual ou jurídica não estatal.

“O conceito de política pública pressupõe que há uma área de domínio da vida que não é privada ou somente individual, mas que existe em comum com os outros. Essa dimensão comum é denominada propriedade pública, não pertencente a ninguém em particular e é controlada pelo governo para propósitos políticos” (DIAS, Reinaldo, MATOS, Fernanda, 2012, p.11).

Dentre vários conceitos apresentados em artigos, dissertações, teses e outras demais fontes de pesquisa em relação às políticas públicas, um dos conceitos interessantes a ser mencionado é o do Thomas Dye que define políticas públicas como sendo “o que o governo escolhe fazer ou não fazer” (DYE, Thomas, apud AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila, et al, 2015, p.15). Ou seja, tem haver com o processo decisório governamental que acaba por ter um impacto significativo sobre a sociedade, ou uma parcela dela.

O impacto significativo das decisões governamentais, acabam afetando não simplesmente o governo no que concerne ao uso dos recursos públicos, mas principalmente afeta a população, quando se refere à busca se soluções dos problemas públicos, o impacto ou as consequências podem ser positivas, ou negativas quanto a sua elaboração/ formulação ou até mesmo na implementação da política pública com base na adequação de cada realidade social, neste sentido entra em ação a participação da população e sua importância na criação das políticas públicas. Ou seja, “[...] a soma das atividades dos governos que agem diretamente ou por meio de agentes e que influenciam a vida dos cidadãos” (DIAS; MATOS, 2012, p.12).

As políticas públicas são definidas também como “[...] Programas de ação governamental com a finalidade de coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades

privadas para a realização de objetivos importantes para a sociedade e politicamente determinados” (VASCONCELLOS; MENDONÇA, 2008, p.203). Estes programas definidos mediante a necessidade pública na intenção de saná-las promovendo bem-estar coletivo, dependem da decisão do Estado ou do governo após a elaboração e análise das mesmas. No processo de criação das políticas públicas, a participação da sociedade civil deveria ser de forma ativa, e não de forma indireta, pois somente ela pode fornecer as informações relevantes do real problema social a ser solucionado.

A participação da sociedade civil na criação das políticas públicas, dá-se através dos movimentos sociais de apoio a determinados grupos de pessoas excluídas, as ONGs, organizações que ao longo da presente pesquisa serão apresentadas de forma mais esclarecedora. Partindo desta realidade, com o passar do tempo o conceito de políticas públicas vem evoluindo com aumento significativo da participação dos grupos sociais, e organizações não governamentais no processo decisório de implementação e gestão das políticas públicas, fazendo então com que, o conceito de políticas públicas não se centralize apenas nas ações de governo.

Segundo SANTOS (2012), as políticas públicas são definidas como as medidas adotadas que acabam tendo um impacto no espaço público, que podem ou não gerar um bem público. Com isso entendemos que uma determinada política pública pode também não alcançar a sua finalidade que é a geração de um bem público, ou seja, um benefício social.

Ela surge como uma forma de devolver as possibilidades e oportunidades que são diariamente furtadas dos grupos de grupos específicos de pessoas na sociedade, como as pessoas que moram nas zonas rurais, geralmente afastados das cidades, pobres e pessoas com deficiências, porque na prática as normas legais não são suficientes para que a igualdade de oportunidades aconteça de fato.

Segundo a nota informativa publicada em março de 2016 pelas Sociedades Angolanas de Advogados FBC e EVC, em Angola, a política pública que vigora foi estabelecido por meio de um Decreto Presidencial n.º 12/16, de 15 de janeiro de 2016, que teve a sua implementação em 15 de março de 2016, revogando o Decreto n.º 21/82, de 22 de abril que aprovara as medidas para a proteção da pessoa com deficiência de que se destaca a reserva de 2% dos postos de trabalho assalariados. Este atual, estabelece um novo regulamento relativamente a reservas de vagas e determina os procedimentos inerentes à contratação de pessoas com deficiência, sendo o percentual estabelecido de 4% em empresas públicas e 2% em empresas privadas.

Relativamente ao procedimento de contratação de pessoas com deficiências, o decreto presidencial Decreto Presidencial n.º 12/16, de 15 de janeiro de 2016 declara que:

“Os anúncios de emprego devem conter a seguinte informação: (i) número de vagas existentes e o total correspondente às destinadas a pessoas com deficiência; (ii) atribuições e tarefas essenciais dos cargos; e (iii) exigência de apresentação, no acto de inscrição, de relatório médico atestando o tipo e grau de incapacidade, de acordo com a tabela nacional de incapacidades” (ANGOLA, apud FCB; EVC, 2016, p.1).

As bases legais que Angola tem para a proteção e garantia de deveres e direitos para pessoas com deficiências de forma igualitária, na teoria é algo muito bonito, mas é pena que a materialização das normas e decretos legais não sejam cumpridas. Neste caso, há uma necessidade de fiscalização para que se faça cumprir as normas/leis, decretos e políticas criadas para dar notoriedade a este grupo social, e que estas políticas firmadas em leis saiam do papel e se tornem necessariamente uma realidade.

As políticas públicas criadas chegam a alcançar o seu fim último quando na sua formulação é levado em consideração a identificação do real problema a ser resolvido, a partir da formulação das diretrizes ou meios necessários e apropriados para que se tenha êxito na sua implementação. O contrário acontece quando não se faz um estudo aprofundado do real problema, quando nas políticas de inclusão de pessoas com deficiências às escolas por exemplo, não se observa a criação de meios de acessibilidade para as salas de aula, para área de convivência comum das instituições de ensino, transparecendo mais uma integração do que uma verdadeira inclusão.

As ações, programas, medidas e iniciativas que são as políticas públicas, tendem a contemplar áreas como: saúde, educação, meio ambiente, segurança, sobretudo a estabilidade social quando se refere a dar garantia de direitos previstos constitucionalmente. É importante ressaltar que existem as políticas Estatais e aquelas criadas por cada Governo (quem estiver representando o Executivo em determinado momento), estas políticas podem ser de interesse público ou não, a depender do seu objetivo e urgência com base na avaliação governamental e dos órgãos que constituem a Assembleia Nacional.

4.1.2 CRIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas podem resultar em projetos, planos e programas que precisam de acompanhamento contínuo dos órgãos públicos, visto que, seja na preparação como na execução das mesmas poderão sofrer algumas alterações mediante adequações às compreensões científicas e sociais. “Para transformarem em políticas públicas, problemas

públicos precisam encontrar o equilíbrio entre o que é tecnicamente eficiente e também o que é politicamente viável” (AGUM; RISCADO, et al, p.16).

O processo de encontrar um equilíbrio entre tecnicamente eficiente e também politicamente viável na elaboração, a análise e efetivação ou materialização destas políticas públicas, é de certa forma complexa por envolver questões de interesses políticos, mas apesar disso, torna-se necessário por se tratar a promoção do bem estar social, dando respostas aos problemas públicos e garantia da execução dos direitos humanos, afinal este é o foco ou seja, a “função clássica das políticas públicas é implementar os direitos sociais a prestações com a finalidade de enfim retirar esses direitos do papel” (VASCONCELLOS; MENDONÇA, , 2008, p.205).

Para entendermos a necessidade da criação de políticas públicas, é necessário mencionar que segundo ALVES; FRANÇA; SANTOS; et al, (2012) depois de algum tempo, com o surgimento do capitalismo e a sua intensificação com a Revolução Burguesa (Sec.XV), começou a ser constatado novamente a discriminação contra pessoas com deficiência por não serem produtivas para o mercado, eles consideravam as pessoas com deficiências como “um peso”, ou seja, pessoas que só causam despesas e sobrecarregam a sociedade.

Os acontecimentos anteriores e os demais vivenciados até nos dias de hoje, discriminação, preconceito e exclusão de pessoas com deficiência que são manifesta de diversas formas, como por exemplo quando são tratadas com pena, sendo inferiorizadas ou até mesmo enfrentando bullyings nos autocarros/ônibus, dificuldades no acesso a bens e serviços, como também a participação ativa nas atividades sociais, trouxe para as sociedades uma necessidade de criação de algum mecanismo de valorização, promoção da equidade social e para dar notoriedade a esta parcela específica da sociedade.

O processo de criação das políticas públicas é constituído por diversas etapas ou fases que é defendido por muitos autores como sendo o ciclo de elaboração: agenda, formulação, implementação e avaliação.

A agenda

Esta primeira fase é a mais importante para a elaboração das políticas públicas, assim como na elaboração de um trabalho acadêmico ou científico, a formulação do problema, ou seja, a identificação do problema a ser tratado é que norteia os meios necessários e adequados para a dar resposta ao problema. CAPELLA (2018) defende que o principal objetivo da agenda é analisar o porquê que determinados assuntos são considerados menos ou mais importantes e merecem mais atenção do governo em relação aos outros em um

longo espaço de tempo, e com isso poder analisar a ação ou a falta de ação governamental face determinadas situações sociais.

Na visão de CAPELLA (2018, p. 21) para definir um determinado problema, existem alguns pontos a serem considerados, nomeadamente: quem é afetado, em que extensão e sobretudo com que gravidade. A autora classifica esta fase de definição do problema como sendo a fase da incidência.

Formulação

A etapa da formulação das políticas públicas, tem haver com o momento em que as políticas públicas são planejadas com base em determinada situação. Na formulação são também traçados os objetivos da política pública escolhida e os modelos corretos a serem implementados e também é o momento da tomada de decisão sobre qual política pública deverá ser implementada, quais estratégias deverão ser usadas para tal, e sobretudo, qual a disponibilidade dos recursos necessários (financeiros e tecnológicos) para que se faça possível a sua implementação e os possíveis agentes envolvidos.

Implementação

Nesta fase, as políticas públicas são efetivadas, ou seja, é o momento da materialização das políticas públicas selecionadas na fase da formulação, ou seja, o momento em que os conflitos de interesses, a escolha das estratégias a serem adotadas e o processo decisório referente à política pública escolhida já tivera acontecido. Na fase de implementação, seja o Estado ou as demais organizações não governamentais colocam em prática o que anteriormente fora planejado. Nesta fase, cria-se expectativas com base no que está sendo implementado, para que se alcance o seu fim último que é o benefício público. É tratado como o momento crítico no ciclo de políticas públicas

Avaliação

A fase final que é também de extrema importância é a avaliação, pois nela o Governo ou as demais organizações ligadas direta ou indiretamente na máquina estatal, como também as que não são ligadas ao Estado, conseguem enxergar os resultados obtidos com a implementação de determinada política pública, se na realidade atendeu determinada necessidade ou não, e sobretudo se os esforços e gastos de recursos públicos, se agrega algum valor social, se os objetivos traçados na formulação foram alcançados, se foram eficaz, se

foram eficientes na sua aplicabilidade, isso através do feedback por parte da sociedade e principalmente por parte do público alvo de determinada política pública.

Nesta etapa final, são feitas também a supervisão da política pública que está sendo implementada, nomeadamente: verificação dos prazos estabelecidos, recursos utilizados, mudanças que precisou ser implementada durante a sua execução.

“Esse ciclo não condiz necessariamente com a realidade, mas é um relevante instrumento analítico para entendermos os processos decisórios que fazem parte das políticas públicas” (SOUZA, apud LOTTA, 2019, p.12). É através de indicadores anteriormente mencionados: eficácia, eficiência, efetividade, neste processo de avaliação, que se pode estabelecer melhorias futuras por parte das ONG's e principalmente por parte do Governo no que concerne a utilização dos recursos públicos e a implementação das políticas públicas.

Apesar deste ciclo de criação das políticas públicas ser muito relevante porque traz passos importantes para que uma determinada política pública seja ideal para determinada situação social, é importante frisar que, muitas das políticas públicas criadas são resultados de intervenção de organizações e grupos sociais, mídias digitais, manifestações que acabam intensificando a visibilidade da necessidade de criação de políticas públicas para dar respostas a situações sociais importantes.

4.1.3 TIPOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A administração pública comporta princípios que guiam suas ações na utilização dos bens públicos na criação de políticas públicas, como também na prestação de serviços públicos. No Brasil, existe a lei que trata sobre estes princípios fundamentais, para melhor prestar seus serviços à população seguindo sempre o que se encontra respaldado na lei, princípios estes que estão plasmados na CF (1988) no seu art. 37. “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]” (BRASIL, 1988).

Em Angola, estes princípios encontram-se respaldados no Art. 198.º da Constituição da República (2010), que trata sobre os objetivos e os seus princípios fundamentais.

“1. A administração pública prossegue, nos termos da Constituição e da lei, o interesse público, devendo, no exercício da sua actividade, reger-se pelos princípios da igualdade, legalidade, justiça, proporcionalidade, imparcialidade, responsabilização, probidade administrativa e respeito pelo património público.

2. A prossecução do interesse público deve respeitar os direitos e interesses legalmente protegidos dos particulares” (ANGOLA, 2010, p. 71).

Com isto, podemos observar que apesar do respeito aos interesses privados legalmente protegidos, os interesses públicos têm que se basear nos princípios anteriormente mencionados, como o da justiça, e a impessoalidade que são muito importantes à nossa menção na presente pesquisa, pois são fundamentais para a promoção da equidade. Esta são promovidas via políticas públicas criadas para a sociedade ou uma parcela dela. Assim sendo, é interessante mencionar que existem quatro (4) tipos ou modelos mais conhecidos estabelecidos por Theodore J. Lowi, e muito mencionados em livros e artigos científicos. Estes são: políticas públicas distributivas, redistributivas, regulatórias e constitutivas.

Distributivas

As políticas públicas distributivas são destinadas a uma parcela específica grupo social específico, ou seja, é criada para que pessoas que por falta de oportunidade e discriminação de algum tipo, não usufruem igualmente os direitos que legalmente lhes são garantidos. O exemplo prático é o foco da nossa pesquisa, que são as pessoas com deficiências, que por conta das lesões apresentadas pelo corpo, não lhes são concedidos a oportunidade de demonstrar suas capacidades no exercício de alguma função já a partir do processo de inclusão no setor empregatício.

Redistributivas

Este tipo de política pública, tem o mesmo enfoque que as distributivas, ambas visam a promoção do bem-estar social, fazendo com que os direitos menos acessíveis a uma determinada parcela da sociedade possam ser usufruídos. Neste sentido, este tipo de política pública acontece a redistribuição dos recursos públicos, ou seja, uma nova divisão de recursos, partindo do orçamento geral, mas com enfoque a grupos menos favorecidos. Um exemplo sobre este tipo de política pública são as isenções em impostos a pessoas de baixa renda, de uma determinada idade ou com alguma deficiência que dificulta ou impossibilita o exercício de alguma atividade.

Regulatórias

As políticas públicas regulatórias, como a própria nomenclatura já diz, são políticas voltadas às regras e organização da sociedade, ou seja, além de regular o

funcionamento do Estado. Este tipo de políticas públicas, tendem a se apresentarem como leis o que faz com que se tornem mais conhecidas pela população, por exemplo as regulações de trânsito. Esta, foi criada não simplesmente para salvaguardar a vida humana, mas para promoção do bem-estar social, diminuindo a frequência de acidentes rodoviários e a destruição de bens públicos e privados.

Constitutivas

Este último, define o quando e por quem podem ser criadas as políticas públicas, ou seja, refere-se ao funcionamento das políticas públicas servindo como o regulador das políticas públicas. Diferente das demais, esta tem o enfoque nos procedimentos, quando há decisões do Governo que reformulam o desenho constitucional. Isto quer dizer, que elas independem das mudanças políticas ou de mudanças existentes nos programas políticos. O regimento das casas legislativas é um exemplo notório deste tipo de política pública. Defende-se que as políticas públicas têm duas funções, ou seja, uma dupla função, “[...] além de instituir direitos sociais, tem a função de exteriorizar a função planejadora do Estado” (VASCONCELLOS; MENDONÇA, 2008, p.205). Esta dupla função das políticas públicas faz jus ao que é o propósito da sua existência que é os direitos sociais que necessariamente precisam ser promovidos e respeitados através de ações de cada Governo, Estado e não só, como aqueles que não estão diretamente ligados à máquina pública.

4.1.4 ATORES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas contam com autores interessados na sua discussão, formulação e implementação, e estes podem ser classificados em dois grandes grupos, nomeadamente: os atores estatais e atores privados.

Os atores estatais são aqueles que estão ligados de forma direta à administração pública, ou seja, os que ocupam cargos legislativos. Em Angola, é composta pelos deputados, e o Executivo, na pessoa do presidente, vice-presidente da república e seus ministros. O governo é um dos principais atores de políticas públicas, porque a sua função dentro da máquina estatal é a efetivar as leis/normas e políticas públicas do Estado, isto através de dois grandes poderes, nomeadamente: O Executivo e o Judiciário, em alguns casos onde é necessário, fazer alguma reforma através do terceiro poder que é legislativo. Mas também tem o poder de criar políticas públicas próprias durante o seu período de governação do país. Em Angola estas são discutidas e aprovadas na Assembleia Nacional.

LIMA e D'ASCENZI (2018) definem os políticos como os que legitimamente representam os interesses coletivos, no caso específico de Angola esta representação se faz sentir na Assembleia Nacional pelos deputados e ministros, levando a vontade soberana do povo em que representa, apresentando seus reais problemas e sugerindo políticas públicas necessárias para sanar estes problemas. A mesma Assembleia além de ser o parlamento da República de Angola, ela representa o poder legislativo do Estado, e quando nos referimos em Estado estamos falando de “[...] uma base territorial, uma comunidade humana estabelecida sobre essa área e uma forma de governo não subordinado a qualquer autoridade exterior [...]” (ORIHUELA, 2015)¹. Ou seja, é reconhecido internacionalmente como Estado, aquele que é constituído por: População, Território e Governo.

Em Angola, o autor designado politicamente é a presidência da república a partir de votação democrática do partido político em que na qual ele representa. O presidente por sua vez elege o seu vice e a representação do seu partido político na Assembleia Nacional.

Diferente dos países como Brasil e Estados Unidos de América, Angola não há descentralização de poderes, o país não é dividido em Estados autônomos, mas sim em províncias com representatividade diretamente ligadas ao governo, apesar de que, no artigo Art. 213.º da Constituição da República, diz que “A organização democrática do Estado ao nível local estrutura-se com base no princípio da descentralização político-administrativa, que compreende a existência de formas organizativas do poder local, nos termos da presente Constituição” (ANGOLA, 2010, p.76).

Segundo relatos em sites oficiais de informação, um dos grandes problemas constatados em Angola é a falta de descentralização democrática de poderes, muitos acabam não conhecendo os que os representam, aqueles que governam os municípios e distritos, os que deveriam ter uma relação mais interativa a fim de saber as reais necessidades sociais, mas não acontece na prática, muitos destes representantes não moram nos locais que lhes é conferido a governança e nem conhecem as suas reais necessidades. “É impossível continuar a governar um país tão vasto como Angola de uma forma centralizada, porque o [Governo] central não é capaz de utilizar os recursos de forma mais apropriada. Para responder às necessidades locais, há uma grande necessidade de descentralizar o poder” (ORRE, Aslak, apud DW, 2020). Defende-se que a falta de descentralização do poder é um dos principais motivos que faz com que não haja a criação de políticas públicas viáveis e com base no real

¹ORIHUELA. Elementos constitutivos do Estado: uma proposta de conceito de Estado. **JUS**, 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/44467/elementos-constitutivos-do-estado>. Acesso em: 24. mar. 2023.

problema enfrentado, porque não há contato direto com as situações que as sociedades, principalmente aquelas vivenciadas na periferia ou em zonas rurais.

Além dos atores públicos, existem atores privados que são aqueles que participam das decisões do Estado mesmo não fazendo parte da administração pública de forma direta diferente dos atores estatais. Na perspectiva destes autores, para além dos grupos de pressão, as mídias têm um papel relevante na influência da criação de políticas públicas, e na escolha das que devem ser priorizadas.

Para que determinada situação chame a atenção de governantes, segundo LIMA e D'ASCENZI (2018) é necessário que os grupos de interesse ou grupos de pressão entrem em ação criando eventos a fim de obter do Governo uma resposta satisfatória para resolução de determinado problema. Estes grupos são aqueles grupos organizados formal ou até mesmo informalmente organizados, que através do uso de recursos realizam greves, marchas, manifestações, campanhas publicitárias, financiamento em campanhas eleitorais e com isso acabam influenciando nas decisões políticas e sobretudo nas políticas a serem criadas e implementadas.

Atualmente as mídias digitais principalmente, é definida como o quarto poder existente no país, pelo fato do mundo a cada dia se tornar cada vez mais tecnológico as informações têm um fluxo mais dinâmico através das redes sociais, portais e sites, e isso acaba por influenciar nas tomadas de decisões governamentais e sociais.

As ações imediatas e independentes da força Estatal ou governamental são desenvolvidas pelas conhecidas organizações não governamentais (ONGs). Estes têm uma missão crucial no atendimento às necessidades sociais e resolução dos problemas existentes na sociedade, ou seja, através de pessoas físicas, cria-se associações e organizações com a finalidade de dar resposta a determinadas demandas sociais, sendo que o Governo muitas vezes não atende todas as demandas, no que muitas acabam sendo muito emergentes.

Estas ONGS são geralmente mantidas por empresas privadas, que têm o enfoque nas atividades filantrópicas voltadas a questões educacionais, esportivas, humanitárias, ambientais, questões inclusão no mercado de trabalho, urbanas, e outras demais. Geralmente pessoas excluídas da sociedade e marginalizadas pela sociedade sobrevivem com a ajuda destas organizações.

4.2 IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Entende-se que a equidade é um meio em que na qual é utilizado atingir o fim último que é justiça social, justiça esta que perpassa pelas margens dos direitos humanos, ao

contrário da justiça política. Por isso, podemos dizer que só existe justiça social se existir Direito, e este que é constituído não apenas por normas/leis instituídas pelas autoridades estatais, como também aquelas que são embasadas nas normas culturalmente estabelecidos, o que faz com o que a aplicação do sentido de justiça social varia muito dependendo de questões culturais de cada localidade, mas tendo como padrão os direitos humanos internacionalmente estabelecidos e os estabelecidos através da carta africana dos direitos humanos e dos povos.

A aplicabilidade da justiça social independentemente de cada particularidade social, tem o objetivo de estabelecer direitos e deveres a fim de regular a conduta humana respeitando a particularidades e estabelecendo a equidade social. Neste sentido, as políticas públicas acabam por ter uma importância muito significativa dentro das sociedades, não simplesmente que visam promover o bem estar da população de forma geral, mas como também no sentido de dar notoriedade e atender as necessidades de grupos de pessoas específicas, ou seja, que se diferenciam das demais, por alguma escolha diferenciada de identidade gênero, de cor ou proveniência e sobretudo por alguma deficiência dentro das sociedades, pessoas estas que acabam sendo excluídas de forma preconceituosa.

As políticas públicas tendo fundamentação jurídica, o Estado entra em ação criando políticas embasadas na lei magna que é a Constituição e reforçando a promoção da igualdade e respeito dos direitos humanos. Seja a Constituição como as outras demais leis estabelecidas em um determinado país visam a promoção da ordem e o bom funcionamento das atividades internas do país como também as relações firmadas com outros países.

No âmbito empregatício existe em Angola a Lei Geral do Trabalho, tendo a sua primeira que foi publicada em 24 de agosto de 1981 e a mais recente de 15 de junho 2015 que foi após as alterações das anteriores, tem uma grande importância, pois visa promover o bom funcionamento das organizações ou empresas públicas e privadas, mas ainda assim não são suficientes para contemplar de forma devida as pessoas com deficiência.

Em determinados países como é o exemplo do Brasil, foi necessário a criação e implementação de políticas públicas afirmativas, casos estes como de pessoas negras, pardas e indígenas, que as políticas públicas foram e continuam sendo essenciais para dar notoriedade, valorização destes grupos no âmbito profissional e social. Em Angola as políticas públicas para pessoas com deficiências têm sido muito importantes embora não sendo demonstradas de

forma muito ativa mediante as políticas de cotas no mercado de trabalho principalmente dentro do setor público.

4.3 DEFICIÊNCIA

Falar sobre deficiência não é tão simples, pelo nível de complexidade que este assunto traz consigo, algo tão relevante, mas que muitas vezes é ignorado, por ser encarado ainda com um certo preconceito por parte da sociedade civil e sobretudo por parte do governo.

Na década de 1960, essas pessoas passaram a ser classificadas como ‘incapacitadas’, ou seja, ‘pessoas sem capacidades’. Entre as décadas de 1960 a 1980 foram designadas de ‘defeituosas’ (indivíduos com deformidade física) e as deficientes (indivíduos com deficiência física, intelectual, auditiva, visual ou múltipla), posteriormente se utilizou a expressão ‘Os excepcionais’ classificando as pessoas com deficiência intelectual” (ALVES; FRANÇA; SANTOS; et al, 2012, 113).

O preconceito, a exclusão de pessoas com deficiências são fatores que historicamente vêm marcando a humanidade e trazendo impactos muito cruéis e contrários aos direitos humanos universais e também contrários à carta africana de direitos humanos. Segundo ALVES; FRANÇA; SANTOS; et al (2012), o termo ‘pessoas com deficiência’ passou a ser designado a partir de 1994, que é o termo aceito e usado no Brasil e no mundo.

“Na antiguidade, onde atividades como artesanato, agricultura e pecuária sobressaiam e os senhores eram os donos das terras, os indivíduos que nasciam com alguma “anormalidade” eram abandonados até a morte, assim como, as leis de Esparta e da Roma Antiga, que autorizava os patriarcas a matar seus filhos defeituosos”. (ALVES; FRANÇA; SANTOS; et al, 2012, p.112).

As deficiências são comumente classificadas em quatro (4) categorias principais:

1. Deficiências físicas: que estão relacionadas a problemas musculares, esqueléticos e neurológicos que de alguma forma afetam os movimentos corporais, como exemplo podemos citar: paraplegia, tetraplegia, amputação, paralisia cerebral, distrofia muscular, e outras demais.
2. Deficiências sensoriais: estas afetam os sentidos humanos, estes podendo ser visual, auditiva, olfativa, ou seja, ligado ao olfato a capacidade de cheirar e distinguir os cheiros, tátil e gustativa.
3. Deficiências intelectuais: estão relacionadas a limitações no desenvolvimento cognitivo, como atraso mental, síndrome de down, autismo, etc.
4. Deficiências psicossociais ou psicológicas: estas são as que afetam o comportamento e o

desenvolvimento emocional do indivíduo, temos como exemplo: bipolaridade, esquizofrenia, entre outras.

O preconceito e discriminação em relação a pessoas com deficiência, foi se tornando estrutural com o passar do tempo pelos acontecimentos sociais como o que anteriormente foi mencionado, pela exclusão e desvalorização no desempenho de alguma função ou simplesmente por sua aparência física. Assim sendo, é importante definirmos o que é a deficiência, pois alguns autores apresentam conceitos bastante interessantes e que de certa forma provocam uma reflexão em torno da nossa forma de enxergá-la.

“A Organização Mundial da Saúde (OMS) classifica ‘deficiência’ como uma diferença na organização estrutural, psicológica e fisiológica do organismo (exemplo: a ausência de um dos membros inferiores). A ‘incapacidade’ como sendo a consequência funcional da deficiência, de modo a não realização de tarefas no cotidiano” (OMS, apud, ALVES; FRANÇA; SANTOS; et al, 2012, p.111).

Além deste conceito definido pela OMS, a deficiência é também entendida de várias formas por vários autores que acabam não se contradizendo, mas sim, complementam-se na medida que as concepções vão se aprofundando. Assim sendo, é interessante também refletirmos em torno de conceitos de alguns autores para melhor embasamento do foco da nossa pesquisa.

“A deficiência passou a ser compreendida como uma experiência de opressão compartilhada com pessoas com diferentes tipos de lesões” (DINIZ, 2007, p.22). Isto deu-se porque segundo o autor, quem se beneficia com a deficiência é o capitalismo, pois neste modelo econômico defendido inicialmente pelos marxistas e mantido até hoje em muitos países. As pessoas com deficiência cumprem uma função econômica como parte do exercício de reserva e função ideológica, mantendo-os na posição de inferiores. Por este motivo HAHN, apud, DINIZ, (2007.p.22) defende que “A deficiência é aquilo que a política diz que seja”.

É necessário frisarmos que a percepção de deficiência acaba sendo associada muitas vezes pela sociedade ao conceito de “anormalidade” o que ALVES; FRANÇA; SANTOS; et al (2012) defendem como sendo conceitos sociocultural e historicamente implementados. A concepção de anormalidade está embasada no que é estranho ou adverso ao estabelecido como o normal padronizado pelas sociedades.

“A condição de "deficiente" é apontada em todas as situações como algo anormal, fora do comum, excepcional. Uma variedade de comportamentos exprimem negação, marginalização, superproteção e outros sentimentos confusos e contraditórios mesclados de ambivalência, decepção, culpa, rejeição” (SÁ, 1992, p. 14).

O padronismo social estabelecido ocidentalmente encara a diferença de sexo como normal, mas diferentemente acontece quando este padronismo estabelece uma anormalidade quando se trata de diferença “racial”, ou seja, quando se trata de cor de pele e proveniência culturalmente diferente ao instituído por eles. A estranheza do desconhecido ou do que é distante da nossa realidade, acaba sendo vista como normal, mas não necessariamente que o posto seja considerado anormal, mas apenas seja encarado como diferente.

Esta questão de anormalidade tem um impacto muito grande quando se trata de pessoas que possuem e algum tipo de deficiência, seja por alguma doença hereditária, algum fator biológico ou até mesmo por algum acidente ocorrido durante o percurso da sua vida social ou profissional, pois a anormalidade é um conceito muito egocêntrico por se limitar em uma análise baseada somente na nossa realidade e tendo o nosso modo de vida como o padrão para os demais.

4.3.1 DEFICIÊNCIA EM ANGOLA

Em Angola, a deficiência é demarcada pelos causos do quotidiano de preconceito e ainda a falta de acessibilidade no acesso de bens e serviços. Estes factos demonstram-se também através de nomes pejorativos em relação a pessoas com deficiências. Alguns dos exemplos dos nomes pejorativos que algumas pessoas da sociedade atribuem às pessoas com deficiências são: caranguejo² e 14 (quatorze) e 15 (quinze)³, o que demonstra o preconceito instalado na sociedade angolana, o que causa a diminuição de autoestima e outros demais problemas psicológicos na pessoa.

Para SEPEDI (2021) O uso dos termos adequados para pessoas com deficiências de certa forma contribui para a inclusão. Então, o contrário não demonstra a participação da sociedade civil na promoção de mais inclusão social.

Através destes acontecimentos e outros demais, podemos associar ao que (DINIZ, 2007, p.23) defende, quando afirma que “houve, portanto, uma inversão na lógica de causalidade da deficiência entre o modelo médico e o social: Para o primeiro, a deficiência era

² Caranguejo é um nome pejorativo atribuído pelos angolanos para chamar de forma preconceituosa as pessoas sem membros inferiores ou com membros inferiores encurtados e que andam se arrastando, fazendo a comparação com o animal aquático, o caranguejo.

³ 14 (quatorze) e 15 (quinze) é um nome pejorativo atribuído a pessoas com umas das pernas encurtadas, fazendo assim com que a mesma ande de pousando os pés de forma desproporcional, por este motivo as pessoas chamam de forma preconceituosa de 14 (quatorze) e 15 (quinze) fazendo uma relação com a desproporcionalidade do comprimento de uma perna em relação a outra.

resultado da lesão, ao passo que, para o segundo, ela decorreria dos arranjos sociais opressivos às pessoas com lesão”. Ou seja, enquanto a medicina defende que a lesão pode levar a deficiência, no âmbito social, a discriminação, preconceito, a exclusão de pessoas com alguma lesão, lhes faz experimentá-la.

Deste modo, surge a necessidade de promover-se a inclusão social, de acordo com SASSAKI (199, p.41) apud, DOS SANTOS (2011), constitui um processo de duas partes, ou seja, bilateral, no qual as pessoas excluídas e a sociedade buscam trabalhar juntos para encontrar soluções para estabelecer a equidade em oportunidades na sociedade.

Com base no relatório mundial sobre a deficiência, “quase todas as pessoas terão uma deficiência temporária ou permanente em algum momento de suas vidas, e aqueles que sobreviverem ao envelhecimento enfrentarão dificuldades cada vez maiores com a funcionalidade de seus corpos” (OMS, 2011, p.3).

Na mesma linha de raciocínio da OMS, D’AVILA (2018) defende que a deficiência faz parte da nossa condição humana, pois todos podemos ter futuramente um limite que culturalmente o meio social impõe às condições físicas, sensitivas, cognitivas do corpo, o que pode gerar em nós uma possível deficiência temporária ou até mesmo permanente.

A Organização das Nações Unidas (ONU) apresenta apoio e incentiva aos seus países membros a assegurar os direitos das pessoas com deficiências, com finalidade de serem tratados e contemplados de forma positiva e não preconceituosa por causa da sua deficiência.

“Os Estados Partes reafirmam que todo ser humano tem o inerente direito à vida e tomarão todas as medidas necessárias para assegurar o efetivo exercício desse direito pelas pessoas com deficiência, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas” (ONU, 2014, p.36).

Angola, sendo um dos países membros da ONU faz parte do leque dos países que documentalmente corroboram com as políticas de inclusão e garantia dos direitos humanos para pessoas com deficiências. Segundo a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência realizada pela ONU em 2014, há necessidade que os países membros estabeleça diretrizes ou políticas de conscientização às organizações e sociedade no seu todo concerne ao tratamento igualitário à pessoa com deficiência, promover a não discriminação para este grupo de pessoas, independentemente da idade, sexo e raça (cor de pele).

Para entendermos com mais profundidade, é interessante observarmos a tabela a seguir baseado no Censo realizado em Angola no de 2014, que apresenta a quantidade de pessoas com deficiências dividido em idade e sexo para termos uma noção do quanto o número de pessoas com deficiências é significativamente considerável em Angola.

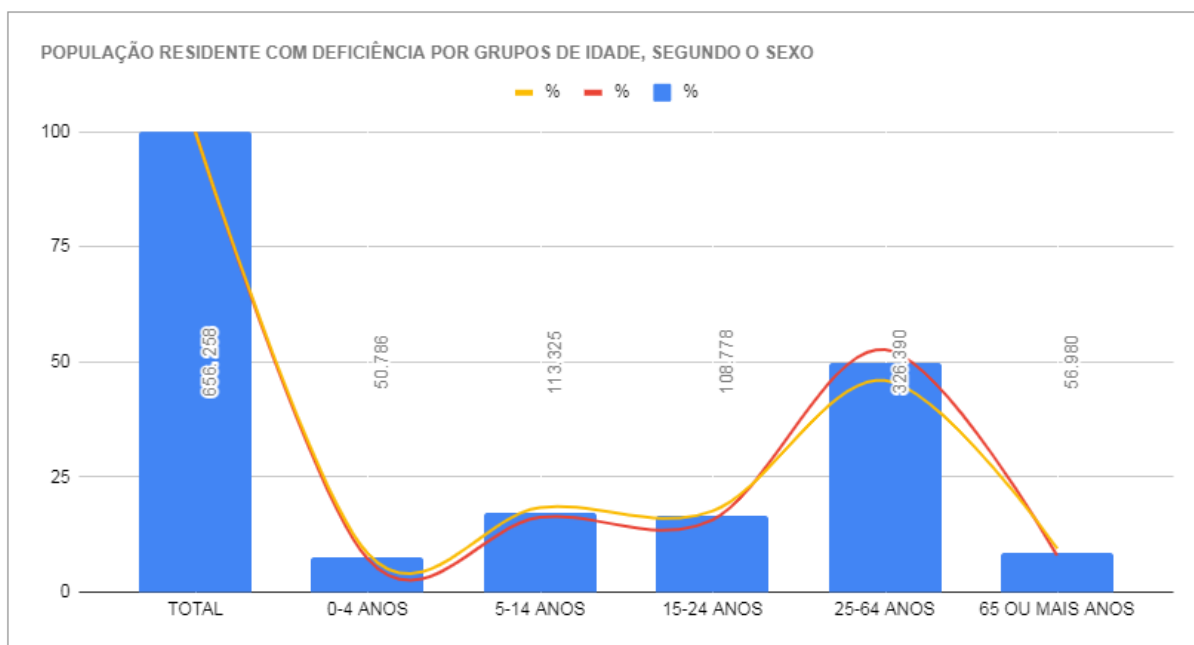
Tabela 1. Dados da população com deficiência em Angola em 2016

População residente com deficiência por grupos de idade, segundo o sexo						
País e grupos de idade	Total		Homens		Mulheres	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total Angola	656.258	100,0	365.858	100,0	290.400	100,0
0-4 anos	50.786	7,7	26.449	7,2	24.338	8,4
5-14 anos	113.325	17,3	59.789	16,3	53.536	18,4
15-24 anos	108.778	16,6	57.551	15,7	51.227	17,6
25-64 anos	326.390	49,7	192.665	52,7	133.724	46,0
65 ou mais	56.980	8,7	29.404	8,0	27.575	9,5

Fonte: (CPCD, 2016, p.8) ⁴.

⁴ CPCD. Implementação da convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Disponível em: <http://www.servicos.minjusdh.gov.ao/files/RELATORIOFINALCPCD.pdf>. acesso: 27. jan. 2023

Gráfico 1- Dados da população com deficiência em Angola em 2016



Fonte: Adaptado, (CPCD, 2016, p.8).

Como podemos observar na tabela e no gráfico acima, em Angola, até 2016 existia maior número de pessoas com deficiências, nas idades compreendidas entre 25 aos 64 anos de idade, com 326.30 pessoas, o que representa 49,7% do total de pessoas com deficiências no país, e ainda podemos constatar neste percentual existe um número maior de homens com deficiência em relação às mulheres, o que em uma futura pesquisa seria interessante estudar e analisar estes dados com mais profundidade e saber o porquê que existiam até o último censo feito em 2016 mais pessoas com deficiências entre 25 aos 64 anos de idade, e o porquê que na sua maioria são homens e não mulheres .

Considerando a as outras demais idades, e a densidade populacional de Angola, podemos notar que o índice de pessoas com deficiências é bastante considerável, o que provoca a nossa indagação quanto às causas desse mesmo facto. Desta feita, as causas das deficiências destacadas pelo CPCD (2016), que são de extrema importância a serem mencionadas são:

Os efeitos de mais de quatro décadas de conflitos armados, sabendo que Angola é um país que teve a sua independência conquistada em 1975, para que esta independência se concretizasse foi necessária uma conquista por meio de guerras contra os colonizadores portugueses que escravizaram o povo angolano durante muitos anos. Angola enfrentou durante a sua história, três longas e sangrentas guerras nomeadamente: a guerra colonial (1961-1975), a guerra de repressão (1975-1988) e a guerra civil (1975- 2002).

“A primeira guerra foi no âmbito da luta contra o colonialismo português, a segunda guerra decorreu no âmbito da invasão do exército sul-africano, na era do apartheid e as forças do exército angolano, a terceira e última, entre o Governo sob comando do (MPLA) e as forças da guerrilha da UNITA, conflito influenciado pelos regimes políticos socialista da ex URSS e capitalista do EUA” (XAVIER, Domingos, 2019, p.1).

Como é de conhecimento geral, as guerras acarretam consequências físicas, materiais, econômicas e políticas, e durante estas guerras que houve em Angola várias foram as mortes de homens, mulheres e crianças e também foi a causa de um número elevado de pessoas com deficiências não somente para os antigos combatentes, mas como também causou deficiências na sociedade civil que fugindo da guerra instalada no país acabaram por sofrer algum tipo de acidente, e em muitos casos causou vários tipos de deficiência.

Acredita-se que, uma das explicações ou justificativas de termos no quadro de senso feito sobre as pessoas com deficiências maior número de homens com deficiências nas idades compreendida dos 25 aos 64 anos, seja porque no período de guerras que assolaram o país, os homens eram enviados para frente de batalha e as mulheres ficavam em casa para cuidar dos filhos. E uma outra probabilidade para justificar estes dados, dá-se porque Angola é um país onde o patriarcado reina, então, os trabalhos mais pesados eram simplesmente para homens.

Além deste fator mencionado que são as guerras enfrentadas em Angola com a finalidade de conquistar a independência e o alcance da democracia, conflitos armados internos entre os partidos políticos após a independência, existem outras causas do alto índice de pessoas com deficiência no país abordadas por CPCD, (2016). Dentre as mesmas, existem as que podem ser evitadas como por exemplo a sinistralidade rodoviária, que por parte do governo na pessoa das suas representatividades, mais do que implementar a regulação de trânsito por parte da agentes reguladores, também precisa propiciar a manutenção das vias, iluminação, acessibilidade para os pedestres e suas devidas manutenções, sem esquecer de um ponto essencial que é a consciencialização contínuo da sociedade para os cuidados a se ter nas rodovias e ruas e em relação aos cuidados a se ter com os bens públicos.

A qualidade de saúde em Angola tem sido um assunto muito debatido, de alguma forma subestimado pelo governo, e de facto merece muita atenção, não para benefícios políticos, mas para o benefício social, a falta de pessoas qualificadas para áreas de atendimentos gerais e específicos, a notável falta de materiais de atendimento em hospitais públicos e a falta de manutenção e fiscalização das condições das estruturas hospitalares.

Estes e outros demais déficits ligados à saúde, contribuem para o mau atendimento à população e consequentemente o aumento de pessoas com deficiências no país.

A debilidade no sistema de saúde em Angola ocorre por causa de diversos motivos como por exemplo a baixo investimento no sistema de saúde, o que incita o aumento significativo de corrupção que o país vivencia dia após dia, onde pessoas têm que corromper pagando a conhecida em Angola como gasosa, o que no Brasil é denominada comumente como propina.

Algumas pessoas com deficiência, ou seja, com ausência de alguns membros ou por alguma falta de funcionamento de alguma parte da sua estrutura física, auditiva, visual ou múltipla, principalmente as cadeirantes e pessoas com deficiência intelectual, em algumas sociedades ainda são adjetivadas como 'inválidas'⁵ ou 'inúteis'.

O conceito de invalidez e inutilidade, eram defendidos pelos capitalistas, e permaneceram instalados nas sociedades capitalistas para defender que a pessoa com lesão física ou mental não está em perfeitas condições para lhe fornecer algum benefício, então não tem valor/ é inválido. A própria ideia de inutilidade nos remete a utilização de algo para alguma coisa, o que é algo negativo porque as pessoas não devem ser vistas como objetos para benefícios particulares.

4.3.1 ORGANIZAÇÕES QUE DEFENDEM PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS EM ANGOLA

Quando falamos de organizações ou organização, estamos nos referindo concretamente o que Maximiano (2000) define como sendo a combinação de recursos com a intenção ou foco de atingir determinado objetivo, albergando outros dois elementos importantes além dos já mencionados que são: a divisão de trabalho e processo de transformação.

As organizações podem ser com base na sua finalidade: lucrativas ou não lucrativas. Geralmente, as organizações com finalidades lucrativas são as empresas privadas e temos como organizações não lucrativas as ONGs (Organizações Não Governamentais).

O conceito de defesa aqui referido, está centrado nos direitos das pessoas com deficiências, como poderemos notar mais adiante é necessário a intervenção de organizações

⁵ “A palavra inválido significa sem valor. Assim eram consideradas as pessoas com deficiência desde a Antiguidade até o final da Segunda Guerra Mundial. TERMO CORRETO: pessoa com deficiência” (SASSAKI, 2003, p.5).

para fazer valer os direitos destes grupos específicos de pessoas, e no apoio aos mesmos, pois somente a criação de políticas públicas através de normas ou Decretos não bastam se estas não são cumpridas ou respeitadas, antes, porém, são violadas.

A Organização das Nações Unidas (ONU) apresenta apoio e incentiva aos seus países membros a assegurar os direitos das pessoas com deficiências, com finalidade de serem tratados e contemplados de forma positiva e não preconceituosa por causa da sua deficiência.

“Os Estados Partes reafirmam que todo ser humano tem o inerente direito à vida e tomarão todas as medidas necessárias para assegurar o efetivo exercício desse direito pelas pessoas com deficiência, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas” (ONU, 2014, p.36).

Além das ONGs de âmbito internacional, existem em Angola as organizações de apoio e defesa à pessoa com deficiência, e é interessante então serem mencionadas algumas delas de forma sucinta para melhor compreendermos.

Associação Nacional dos Deficientes em Angola (ANDA), fundado dia 1 de fevereiro de 1992, com o objetivo de defender e promover os interesses sociais, económicos, culturais, morais e sociais e profissional dos seus sócios, tendo como presidentes o Sr. Silva Lopes Etiambulo Agostinho, e Alice de Matos Tomás, ambos deficientes físicos causados pela guerra.

Associação Nacional de Cegos e Amblíopes de Angola (ANCAA), teve legalmente o início das suas funções em outubro de 2014, tendo como seu presidente, Venceslau Francisco. A Associação visa apoiar pessoas com deficiências visuais de modo a promover a inclusão no sistema de ensino e conscientização por parte da sociedade em relação às pessoas que possuem estes tipos de deficiências.

Liga de Apoio à Integração dos Deficientes de Angola (LARDEF), fundada em 12 de janeiro de 1996, com o objetivo de influenciar e contribuir para que haja mais elaboração de leis e políticas, de modo a ser cada vez mais inclusivas e objetivando a redução ou até mesmo a eliminação do preconceito e discriminação das pessoas com deficiências. Tem como o seu atual presidente o Sr. Manuel Pinheiro.

Estas organizações como a FAPED e a MASFAMU, e outras demais existentes em Angola, sejam elas formais ou informais, tendem a fazer o que o Estado não faz na totalidade, o que deveria ser de iniciativa do Governo, que é fazer com que se efetivem iniciativas baseadas nas leis/normas, políticas afirmativas para promover a inclusão, e de conscientização da sociedade civil concernente ao tratamento igualitário independentemente

se um corpo apresenta alguma lesão ou não. Ainda assim, é necessário que o Estado apoie e não crie entrave nas ações destas organizações que se dedicam em promover e viabilizar oportunidades de pessoas com deficiências em Angola.

“Um fato formidável que ocorreu em 2001 foi a aprovação da Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIF), pela OMS, onde os princípios, em vez de valorizar as incapacidades e limitações, dão ênfase e suporte, nos contextos ambientais e na capacidade do indivíduo” ALVES; FRANÇA; SANTOS; et al, 2012, 115).

Este acontecimento demarcou um diferencial porque, em vez de nos focarmos na deficiência da pessoa e enxergarmos de forma preconceituosa como um fator que a diminui ou a faz ter menos direitos que as demais pessoas da sociedade, traz-nos a concepção de que devemos entender que apesar das limitações colocadas sobretudo pela a sociedade, antes, porém, é necessário valorizarmos as suas capacidades e habilidades, promover a inclusão de pessoas com deficiências para podermos falar sobre equidade social.

5. DIFICULDADES NA INCLUSÃO AO MERCADO DE TRABALHO

Muitos de nós, acadêmicos e até mesmo alguns pesquisadores, associamos inclusão à integração, e num primeiro momento nos parece termos com significados e conceitos idênticos e que acabam nos remetendo a um pensamento de que se trata do mesmo assunto. Então, é necessário que estabeleçamos a diferença na aplicabilidade existente entre ambos os termos para que determinado problema seja discutido e para que seja proposto melhorias para poder saná-lo.

“A inclusão consiste na busca imediata da criação de condições que garantem o acesso e a participação de todos e de cada um investindo no rompimento de barreiras sociais, físicas, de comunicação e atitudinais”. (SILVESTRE, 2020, p.47).

O processo de rompimento dessas barreiras reflete a ausência de inclusão, o que nos remete o quanto é necessário e fundamental para que se façam valer e respeitem os direitos tidos como direitos humanos. Um outro entendimento de inclusão muito interessante e relevante para a nossa reflexão é a de FREIRE (2008).

“A inclusão é um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceites e respeitados naquilo que os diferencia dos outros” (FREIRE, 2008, p.5).

FREIRE (2008), frisa ainda que, a inclusão tem como base quatro pontos principais, nomeadamente: é um direito fundamental, obriga a repensar a diferença e a diversidade, implica repensar a escola, ou seja, o sistema educativo, e por fim pode constituir um veículo de transformação da sociedade.

Diferente da inclusão, a integração segundo SASSAKI (1997) apud, BERNARDES (2010) tem haver com a prática que sempre existia e ainda existe de aceitação da sociedade para receber pessoas com deficiência, mas sob condição de que estas pessoas se adaptarem ou seja, se moldassem ao que lhes era oferecido, o que atualmente acontece seja no âmbito de bens ou de serviços.

Este processo em que pessoas com deficiências têm que se moldar, no sentido a se adaptarem ao meio e não a criação de meios necessários para que estas pessoas tenham acesso a bens e serviços apesar das suas diferenças sem alguma dificuldade, é muito visível principalmente em instituições de ensino e de trabalho. Com isto, podemos dizer que a inclusão defende a participação de pessoas com suas diferenças e particularidades sem ter que se sujeitar a atitudes reprováveis como humilhações, discriminações e não sendo tratados de forma preconceituosa. Já integração visa em fazer com que pessoas façam parte de algum meio ou instituição, mas com limitações e de forma segregacionista, por falta de consciencialização social, meios de inclusão, falta de oportunidade e de mecanismos para propiciar um sentido de pertença e bem-estar em relação ao meio em que se está inserido.

Angola é um país regido pelo regime presidencialista parlamentar, e tem como modelo económico o sistema capitalista, este último que é definido pelo Max Weber apud CATANI (2017) como sendo a existência de provisão industrial das necessidades de uma comunidade seja executada pelo método de empresa, ou seja, pelo método de estabelecimento capitalista racional pela contabilidade de capital.

Este modelo económico tem como ponto principal a criação de riquezas através da força de trabalho, ou seja, a troca da força de trabalho como mercadoria pelo capital financeiro. Partindo disto, podemos notar que o capitalismo tem trazido impactos significativos, sejam eles positivos ou até mesmo negativos dentro da sociedade, no sentido económico e sobretudo social, quando nos referimos à inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, tem tido negativamente um impacto muito significativo, como também na falta de valorização de forma igualitária de pessoas com deficiências face às pessoas que não apresentam nenhuma deficiência. Estes pontos demonstram claramente a questão da

desproporcionalidade no âmbito da valorização do ser humano antes de ser visto na visão capitalista, como simplesmente um capital humano ou recurso humano.

As dificuldades das pessoas com algum tipo de deficiência, de serem inseridas no mercado de trabalho, inicialmente perpassam por um fator muito importante a ser considerado que é a dificuldade de acesso ao sistema de ensino, ou seja, a inserção na escola para poder ter a formação acadêmica e conseqüentemente ser capacitado de conhecimentos acadêmicos e científicos em diversas áreas que dão ao indivíduo as bases necessárias para efetivação de alguma função dentro de alguma organização.

O mercado formal de trabalho em Angola, em empresas privadas suscitam experiências de trabalho por um tempo considerado suficiente pela entidade empregadora, e nas empresas públicas colocam como requisito uma determinada formação acadêmica ou profissional bem acentuada, daí surge uma questão pertinente a ser refletida, como a pessoa com deficiência tendo a dificuldade de inserção no sistema educacional por falta de políticas de inclusão, acessibilidade e fiscalização das políticas públicas já existentes, conseguirá ter alguma experiência de trabalho ‘certificado’ para poder concorrer a uma determinada vaga?.

Antes mesmo da questão do preconceito instalado na sociedade sobre a deficiência estar associada a incapacidade de exercer qualquer função, vem e a questão da falta de mecanismos para facilitar o acesso a este grupo de pessoas nas escolas, principalmente pelo motivo anteriormente mencionado pela OMS (2012), quando diz que pessoas com deficiência apresentam piores resultados socioeconômicos e pobreza do que as pessoas não apresentam alguma deficiência.

“O artigo 15º da Lei 21/12, Lei da pessoa com deficiência, reconhece e estabelece o direito à formação, direito ao emprego e ao trabalho especificamente para este grupo de pessoas” (ANGOLA, apud CPCD, 2016, p.44).

Apesar do artigo anteriormente mencionado, em pleno séc.XXI, em Angola pessoas com deficiências ainda lutam para terem acesso às instituições de ensino. Segundo a D.W (2021) em Malanje (uma das províncias de Angola localizada na região norte, com uma população estimada de 968.135 habitantes dados do censo populacional de 2014), pessoas com deficiência se encontram sem escolas apropriadas, ou seja, as escolas não são adaptadas aos estudantes com deficiências. “Não há escola para este grupo de pessoas. Tem de haver mais escolas para os deficientes físicos. Têm que existir faculdades para que eles continuem os seus estudos para futuramente serem alguém na sociedade” (JOÃO, Manuel apud D.W, 2021).

Se durante o processo de inserção às instituições de ensino, pessoas com deficiência se deparam com um leque de dificuldades causadas pelas condições precárias, ou seja, faltas de condições financeiras que por sua vez é causada pela desigualdade e má gestão dos bens públicos por parte do governo, e ainda se deparam com a falta de adaptação das escolas públicas a fim de facilitar a acessibilidade e o processo de aprendizado, a inserção no mercado de trabalho a cada dia vai se tornando muito improvável para este grupo de pessoas.

Segundo o Ministério da Ação Social, Família e Promoção da Mulher “Atualmente o país conta com 775 Escolas Inclusivas e 21 Escolas Especiais, faltando apenas ser abrangidas as Províncias de Cabinda e Malanje” (MASFAMU, 2022).

Ao contrário dos dados apresentados pela MASFAMU (2022), apresentados na Cimeira de Genebra-Suíça sobre a acessibilidade e inclusão de pessoas deficiência em Angola, a FAPED que congrega 21 associações, na vigésima oitava cimeira do Conselho da ONU dos Direitos Humanos, apresentou um relatório negativo demonstrando a falta de veracidade nos dados apresentados pelo executivo angolano, face a verdadeira realidade enfrentada no país, apresentado pelo executivo angolano. Ainda acrescenta que, “ ‘[...] quase todas as crianças com deficiência não estão inseridas em creches’, revelou Venceslau Muinga, coordenador da Federação das Associações com Pessoas Portadoras de Deficiências (FAPED), citada pela Rádio Nacional de Angola” (J.A, 2023).

“O Decreto-Lei n.º 2/08 de 28 de fevereiro, aborda “sobre a igualdade de tratamento e de oportunidades ao jovem com deficiência a procura do primeiro emprego, e sobre atribuição de bolsas de estudo a alunos com deficiência de entre outros normativos;” (ANGOLA, apud CPCD, 2016, p.18).

A luta pela notoriedade, demonstração de força de vontade e capacidade no exercício de determinadas funções e sobretudo pela inclusão no mercado de trabalho, acaba sendo desproporcional à medida que as oportunidades lhes são negadas por causa da estigmatização dos corpos que apresentam uma determinada lesão.

Para conhecermos com mais propriedade as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com alguma deficiência no seu quotidiano e sobretudo no processo de inclusão e acesso ao local de trabalho, nada melhor que apresentarmos alguns casos recentes a serem refletidos ocorridos em Angola.

Pessoas com deficiência em Angola se sentem excluídas por não terem representatividade no parlamento governamental, ou seja, não tem deputados no parlamento que as represente, e afirmam que esta atitude é contrária à inclusão. “Não há ninguém melhor

colocado do que uma pessoa com deficiência para representar os seus interesses no Parlamento angolano e fora do país”. (ANCAA, apud Dw, 2022).

Se no parlamento o espaço para a representatividade deste grupo social é negado, sendo que a sua representatividade no parlamento daria voz não somente com a finalidade de fazer saber as dificuldades enfrentadas, necessidades, e anseios de pessoas com deficiências, como também questionar a esta falta de acesso aos serviços públicos, é possível afirmarmos que a inclusão deste grupo de pessoas no mercado de trabalho se torna muito dificultoso.

Em 2020, mais precisamente no dia 3 de dezembro, dia em que na qual é datado como o dia internacional da pessoa “portadora” de deficiência, o portal de notícias D.W publicou uma matéria em que na qual pessoas com deficiência na província do Bengo-Angola, queixam-se de exclusão e se sentem marginalizados.

A criação das políticas afirmativas que de certa forma é muito positiva, mas se pensarmos no número de vagas ofertadas em empresas públicas e principalmente em empresas privadas em processos seletivos, notaremos que o percentual de vagas estabelecidos por lei via decreto ainda é muito inferior em relação a necessidade de promover a inclusão social em Angola, e ainda assim estas vagas são furtadas seja no setor privado ou no setor público, como podemos perceber na matéria mencionada anteriormente sobre a negação de melhorias quanto a inclusão e acessibilidade apresentada pela FAPED⁶.

“Em Angola muitos deficientes físicos, vítimas da guerra civil, continuam por integrar. Muitos deles são discriminados por causa das suas deficiências quando tentam arranjar emprego” (VOA, 2011). Ou seja, pessoas com deficiências físicas causadas pela guerra civil enfrentam muitas dificuldades quando tentam se inserir no mercado de trabalho, principalmente quando se trata de pessoas maiores de 45 anos, pois a inclusão no mercado de trabalho em empresas públicas através de concursos não é permitida.

No caso dos antigos combatentes tendem a esperar uma remuneração pelos feitos durante o período das guerras, que através das mesmas muitos se tornaram pessoas com alguma deficiência como lhes são assegurados teoricamente pela “Lei nº 13/02, de 15 de outubro - Proteção do antigo combatente e do deficiente de guerra” (ANGOLA, apud CPCD, 2016, p.11).

⁶ VOA. **Pessoas com deficiência discordam de relatório governamental apresentado em Genebra.** Publicado: 2023. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/angola-pessoas-com-defici%C3%Aancia-discordam-de-relat%C3%B3rio-governamental-apresentado-em-genebra/7016806.html>. Acessado: 18. Abr.2023.

As pessoas não escolhem ter alguma deficiência, e em momentos de guerra é muito provável diversas situações que causam algum tipo de deficiência, seja para antigos combatentes como também para a sociedade civil que fugiam das ocorrências da guerra. Assim como a situação política enfrentada por Angola durante anos, eventos ambientais como chuvas intensas, enchentes e sociais (acidentes em casa, no trabalho, rodoviários, etc.) Também são causas de criação de deficiências a serem consideradas.

Com base na perspectiva da representante da Associação Angolana de Cegos e Amblíopes, no Huambo-Angola, Claudete Kapapelo, os concursos para admissão em empresas públicas e privadas são raros por não serem divulgados. Um outro relato relevante a ser mencionado é o do Jurista José Diogo que “diz não haver cumprimento do decreto presidencial tanto por parte das entidades governamentais como do setor privado, uma situação que acha anormal num Estado de direito e democrático que deve assegurar o direito à inclusão social desta franja da sociedade” (DW, 2018). Angola é reconhecida legalmente como um Estado democrático de Direito, como podemos constatar no Art. 2º. da Constituição da República (2010).

“1. A República de Angola é um Estado Democrático de Direito que tem como fundamentos a soberania popular, o primado da Constituição e da lei, a separação de poderes e interdependência de funções, a unidade nacional, o pluralismo de expressão e de organização política e a democracia representativa e participativa.

2. A República de Angola promove e defende os direitos e liberdades fundamentais do Homem, quer como indivíduo quer como membro de grupos sociais organizados, e assegura o respeito e a garantia da sua efectivação pelos poderes legislativo, executivo e judicial, seus órgãos e instituições, bem como por todas as pessoas singulares e colectivas”. (ANGOLA, 2010, p.4).

O cumprimento das políticas públicas criadas para inclusão de pessoas com deficiência, e das bases legais que as sustentam, gera não somente benefícios para este grupo de pessoas, mas como também produz benefícios para seus familiares que duplicam esforços para lidar da melhor forma possível com os desafios sociais e financeiros enfrentados no cotidiano face às dificuldades existentes de acessibilidade aos serviços públicos, de preconceitos enfrentados, de oportunidades negadas mesmo com a criação de políticas afirmativas, o que chega a ser contraditório, que o mesmo Estado que cria as leis seja o mesmo que não as cumpre e não faz com que as cumpram.

Os órgãos públicos e a própria Administração Pública deveriam ser um exemplo no que concerne a criação de políticas públicas para propiciar o bem-estar social, cumprindo o

princípio da legalidade e igualdade que ela mesmo defende e levando em consideração a necessidade de estabelecer a equidade na sociedade.

Com base nas informações do Instituto Nacional de Formação Profissional-INEFOP, apud MASFAMU (2022), no período compreendido entre 2020 até o primeiro trimestre de 2021, registaram um total de 2.617 solicitações de empregos em diversas áreas por parte de pessoas com deficiência, deste número, 960 pessoas com deficiência, foram colocadas em diferentes postos de trabalho. Até o ano de 2022, o mercado de trabalho no setor público contava com 152 pessoas com deficiência e, o setor privado 166 pessoas.

Os dados apresentados pela MASFAMU (2022), são contestáveis segundo a Federação Angolana das Associações das Pessoas Com Deficiência FAPED (2023), quando afirmou recentemente que a situação de pessoas com deficiência em Angola é ‘lastimável’, afirmando que a realidade não condiz com as informações apresentadas em Genebra. Com isso, é importante frisar que, apesar das políticas públicas embasadas em normas legais terem uma boa intenção, não basta somente que elas existam, mas também há necessidade de fazê-las sentir e protegê-las, ou seja, não basta a criação das leis, é necessário fiscalizar a aplicação das mesmas, se não elas se tornam ineficazes.

“Neste domínio, do trabalho e emprego, outras acções têm sido levadas a cabo pela Entidade Única Recrutadora, Inspecção Geral do Estado e pela Inspecção Geral da Administração do Estado, com a fiscalização e cumprimento do Regulamento sobre a Reserva de Vagas e Procedimentos para a Contratação de Pessoas com Deficiência- aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 12/16 de 15 de Janeiro” (MASFAMU, 2022).

A fiscalização ou o controle não pode simplesmente ocorrer no início, ou seja no processo de inserção, deve servir sobretudo em todo o processo para inclusão destas pessoas com deficiências no mercado de trabalho, isto é traçando indicadores de avaliação como por exemplo: forma de tratamento destas pessoas dentro das empresas públicas ou privadas; a estrutura física da empresa se alberga as condições básicas para propiciar um ambiente acessível para a pessoa com deficiência e os mecanismos facilitadores para que a pessoa contratada consiga desempenhar a sua função na instituição de forma normal.

6. ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

Com base na pesquisa feita, via questionário enviado para as pessoas com deficiência e para aquelas que têm familiares e amigos com deficiência, com as questões

relacionadas à inclusão o mercado de trabalho como a lei mencionada ao longo da nossa abordagem que estabelece o percentual de pessoas com deficiência a serem contratadas em empresas públicas, foram entrevistadas 25 pessoas, sendo elas: 11 (onze) do sexo feminino e 14 (quatorze) de sexo masculino.

Inicialmente, por causa da sensibilidade do assunto, nos deparamos com algumas dificuldades na recolha dos dados. Alguns entrevistados e entrevistadas não se consideram como pessoas com deficiências, mesmo tendo alguma lesão ou limitação imposta pela estruturação física ou funcionamento intelectual, algumas pessoas sentiram-se inferiorizadas ou ofendidas quando lhes foi endereçado o questionário. Isto dá-se por causa do preconceito instalado nas sociedades em relação à deficiência, o que se observa através dos nomes pejorativos anteriormente mencionados, pela ideia de que a estruturação do corpo diferente aos demais ou a não funcionalidade de algum dos membros por causa de alguma lesão faz com que a pessoa seja incapacitada, o que traz o sentimento de inutilidade no desempenho de alguma função, o que não deveria ocorrer se a própria sociedade tivesse a consciência de que todos devemos ser vistos e respeitados da mesma forma apesar das particularidades de cada pessoa e que as limitações impostas pelo corpo não faz com que elas não possam ter as mesmas oportunidades cabíveis as pessoas que não apresentam alguma deficiência.

Através das questões feitas via questionário eletrônico, verificamos quantas pessoas com deficiências são desempregadas, quantas estão empregadas no setor público e quantas estão no setor privado e obtivemos assim uma média comparativa, apesar de que não foram entrevistadas todas as pessoas com deficiências existentes nas províncias que constituem o país, o rol das pessoas entrevistadas servem como o reflexo da realidade da situação em questão. Assim sendo, os seguintes resultados obtidos na nossa pesquisa foram os seguintes:

A primeira parte das questões baseava-se na busca de informações singulares das pessoas com algum tipo de deficiência, isto é, da questão 1 a 5, buscando dados referente ao e-mail, nome completo, sexo, idade, e em qual província em que se encontra, na qual todas elas eram de carácter obrigatório para evitar que algum entrevistado responda o formulário mais de uma vez. Também é necessário frisar que, assim como consta no formulário enviado, os nomes das pessoas que participaram na entrevista não serão divulgados, isto a fim de proteger e respeitar cada entrevistado (a).

Das 25 (vinte e cinco) pessoas entrevistadas estão localizadas em diversas províncias, sendo que as que responderam o questionário estão localizadas em 3 (três)

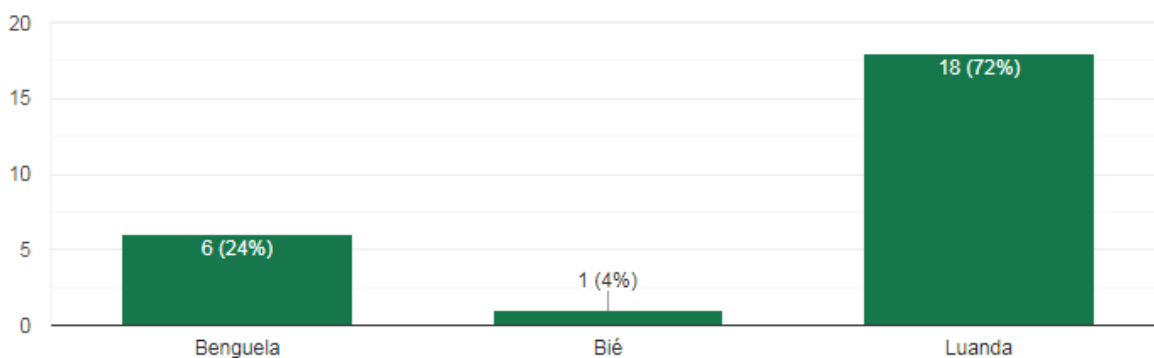
províncias, nomeadamente: Província de Luanda (Capital): 18 pessoas; Província do Bié: 1 pessoa; Província de Benguela: 6 pessoas.

As 25 (vinte e cinco) pessoas entrevistadas se encontram localizadas em diversas províncias de Angola, sendo que as que responderam o questionário estão localizadas em 3 (três) províncias, nomeadamente:

- Província de Luanda (Capital): 18 pessoas;
- Província do Bié: 1 pessoa;
- Província de Benguela: 6 pessoas.

Gráfico 2- Resposta à pergunta: “Em qual província você mora?.

LOCALIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS



Fonte: Elaboração própria (2023)

Imagem 1- Mapa de Angola com províncias e capitais



Fonte: Blog de geografia (2018).⁷

O nosso questionário fora elaborado direcionalmente para pessoas com deficiências, para que elas possam se expressar na primeira pessoa e para quem tivesse dificuldades de respondê-lo como por exemplo pessoas com deficiência visual, a pessoa próxima a esta pudesse ajudá-la a responder, e como podemos observar no mapa de Angola

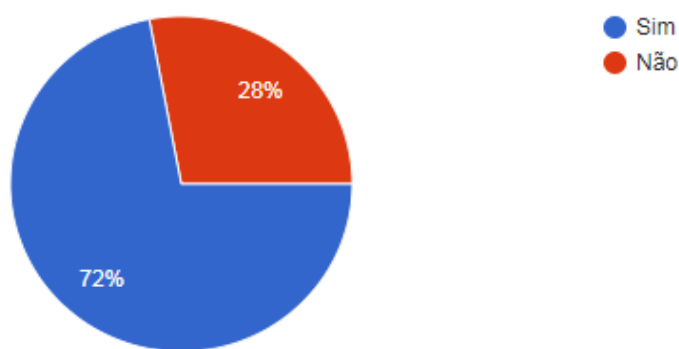
⁷ Blogue de Geografia. **Mapa de Angola com províncias e capitais**. Publicado: 21.jan. 2018. Disponível em: <https://suburbanodigital.blogspot.com/2018/01/mapa-de-angola-com-provincias-e-capitais.html>. Acesso: 21. Jun. 2023.

acima ilustrado, por causa da aleatoriedade do envio do questionário da pesquisa, através de pessoas conhecidas que se disponibilizaram em reenviar para pessoas com tipo de lesão, tivemos respostas de três províncias citadas anteriormente e ilustradas com mais ênfase no mapa geográfico acima.

Observou-se também que dentre as pessoas que responderam o questionário, 18 delas que representam 72% do leque de entrevistados são pessoas com deficiência, e 7 (28%) pessoas não são pessoas com deficiência. Estas últimas, são pessoas que apesar de que o questionário fora elaborado simplesmente para pessoas com deficiência em Angola, ainda assim se interessaram pela temática e responderam, o que não ignoramos suas demonstrações de interesse em falar sobre o assunto, que se deu pela iniciativa de responderem o formulário. Assim sendo, consideramos para refletirmos em torno das suas visões com base no assunto que acaba por ter muito que nos dizer acerca da temática, a partir de uma visão que acaba ou não coadunando ou não com as respostas das pessoas com deficiência.

Gráfico 3- Resposta à pergunta: “É uma pessoa com deficiência? ”.

PESSOA COM DEFICIÊNCIA?

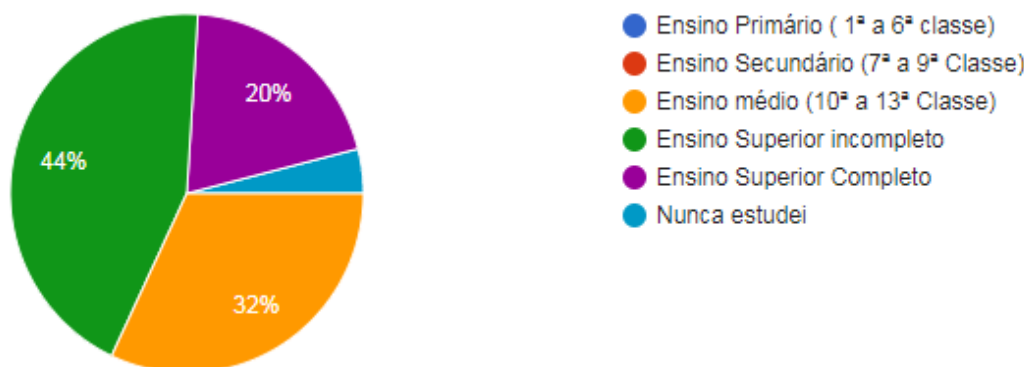


Fonte: Elaboração própria (2023)

Questionados sobre o nível acadêmico um total de 11 pessoas entrevistadas que representam 44% do das pessoas entrevistadas responderam que estão com o ensino superior completo não concluído, sendo que 5 pessoas que representa os 20% concluíram o ensino superior, ainda assim encontramos 1 (uma) pessoa que nunca estudou, representando assim 4%, e 8 pessoas responderam que estão no ensino médio.

Gráfico 4- Resposta à pergunta: “Qual é o seu nível acadêmico? ”.

NÍVEL ACADÊMICO

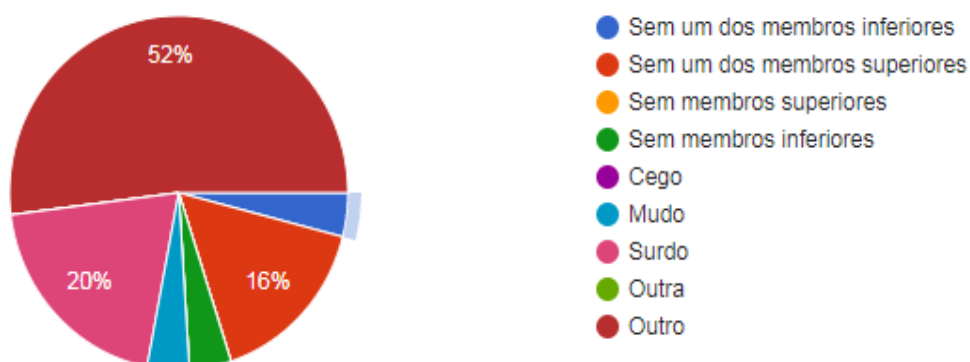


Fonte: Elaboração própria (2023)

As pessoas entrevistadas apresentaram suas particularidades quanto aos tipos de deficiência (pergunta 8 e 9), estando subdivididas da seguinte forma: Deficiência auditiva: 5 pessoas; Sem um dos membros inferiores: 1 pessoa; Sem um dos membros superiores: 4 pessoas; Mudo: 1 pessoa; Outro: 7 pessoas (uma pessoa tetraplégica, uma pessoa com hidrocefalia, duas pessoas com miopia, desproporcionalidade no pé esquerdo, desproporcionalidade em um dos membros inferiores) e uma resposta não especificada.

Gráfico 5- Resposta à pergunta: “Qual é o tipo de deficiência? ”.

TIPO DE DEFICIÊNCIA

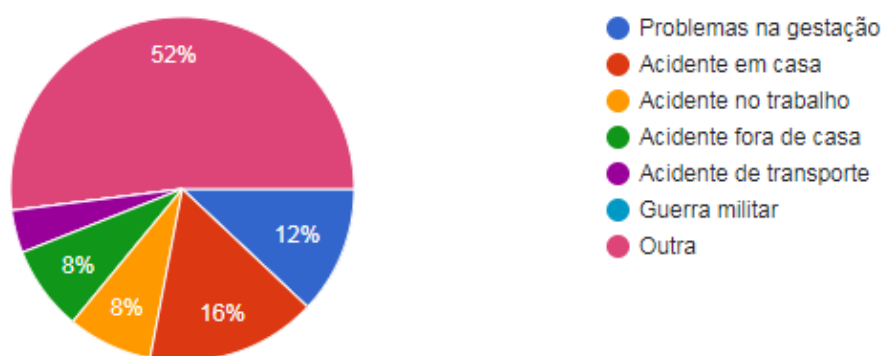


Em relação às causas da deficiência (pergunta 9 e 10), 4 pessoas (16%) dos entrevistados responderam que a causa das suas deficiências foi acidente em casa, 3 pessoas

(12%) que a causa foi o problema na gestação, ou seja, de nascença, 2 pessoas (8%) responderam que a causa foi acidente no trabalho, 1 pessoa (4%) respondeu que a causa da deficiência foi acidente rodoviário, 2 pessoas (8%) responderam que o acidente ocorreram fora de casa, as outras 13 pessoas (52%) dos entrevistados responderam “outra” (1-Genética, 1-sarampo, 3-hereditário, 1-provocado pela poeira).

Gráfico 6- Resposta à pergunta: “Qual é a causa da deficiência? ”.

CAUSAS DA DEFICIÊNCIA



Fonte: Elaboração própria (2023)

Conforme podemos observar, as respostas dadas pelos entrevistados corroboram com o que anteriormente já fora abordado com base nas fontes utilizadas, em relação a diversas causas de deficiência recorrentes no dia a dia. Entre as causas descritas, podemos observar com mais frequência na sociedade angolana duas delas, nomeadamente: acidentes e saúde.

A questão da saúde em Angola nos últimos dez anos, tem se revelado com muitas debilidades, isto por falta de dois pontos muito relevantes que são: pouco investimento no setor de saúde e falta de controle dos bens públicos.

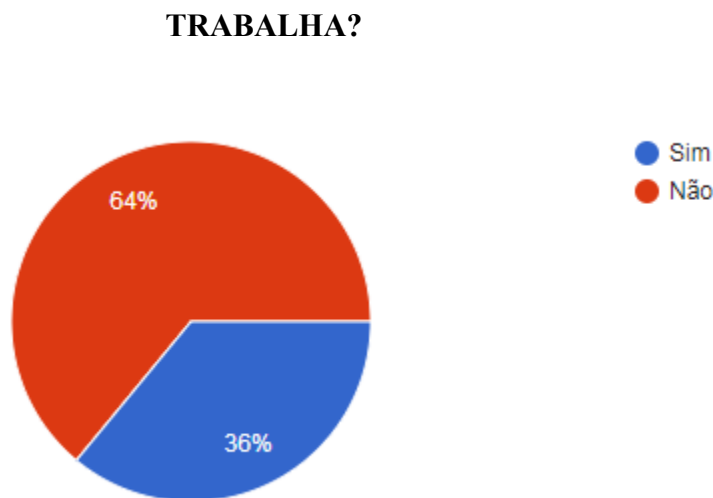
Segundo a DW (2016) os hospitais de Angola apresentaram a falta de medicamentos, o que teve um impacto significativo no atendimento da população com relação à saúde. Com base no Jornal de Angola (2021) O mesmo ocorreu em um dos hospitais do Zango/ Viana- Luanda, o que impossibilitou o atendimento de pacientes em todas as escalas de emergência. Acredita-se que seja pela má utilização de bens públicos não somente por parte do governo, mas como também por parte dos agentes de saúde, que se dá pela falta de

controle na distribuição e utilização destes bens. Estes e outros demais casos como a falta de condições de atendimento notáveis nos hospitais públicos, ainda têm sido motivo de preocupações e geram manifestações por parte da sociedade de saúde e da sociedade civil, o que demonstra a necessidade de uma atenção especial por parte dos governantes para que se possa criar políticas de melhorias no setor de saúde e conseqüentemente estariam a contribuir para a diminuição do índice de pessoas com deficiências no país.

O segundo ponto, como já foi abordado anteriormente na presente monografia, quando nos referimos em acidentes, estamos a tratar de acontecimentos não previstos e geralmente causam algum dano, seja material, físico ou até mesmo psicológico. Entre as demais formas de acidentes as que são muito frequentes são por motivos de incêndios e acidentes rodoviários, o que o governo pode criar ou intensificar as políticas de conscientização, controle e manutenção, o que resultará na diminuição das suas recorrências na sociedade.

Quando questionados se trabalham ou não (pergunta 11, 12, 13, 14 e 15), a maior parte dos entrevistados 16 pessoas, (64%) do total, responderam que não trabalham e 9 (36%) entrevistados responderam que “sim”, conforme conta no gráfico abaixo:

Gráfico 7- Resposta à pergunta: “você trabalha? ”.



Fonte: Elaboração própria (2023)

As pessoas com deficiências que trabalham exercem diferentes funções, sendo elas as seguintes: 1-Professora e dentista; 2- Escrivã de Direito 3ª classe; 3- enfermeira, 4- oficial de logística; 5- professor; 6- contabilista; 7- gestor.

Com a finalidade de sabermos o quanto dentre os nossos entrevistados que responderam que trabalham estão inseridos em qual dos setores empregatícios (pergunta 14 e 15), obtivemos a seguinte resposta: 3 pessoas em empresas públicas e 6 pessoas em empresas privadas (particulares). E ao serem questionadas sobre as dificuldades que enfrentam diariamente no local de trabalho, 3 pessoas responderam que não enfrentam nenhuma dificuldade, enquanto os demais especificaram as dificuldades enfrentadas, dentre elas: enxergar à distância e ler onde há pouca visibilidade, ouvir em condições o que as pessoas falam, matéria prima (falta ou dificuldade na utilização), dificuldades na escola (não especificada), preconceito por parte dos alunos e por último, complexo de inferioridade.

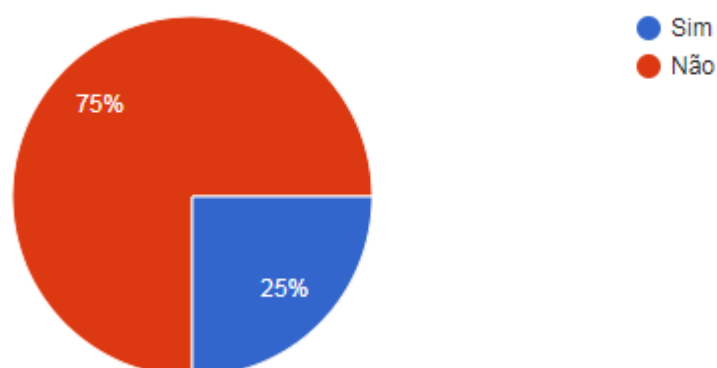
Podemos também ter uma ideia do quanto as pessoas que não trabalham necessitam de um emprego formal, quando questionamos sobre o tempo se encontram desempregados, percebemos que dos 12 entrevistados que não trabalham:

- 4- Pessoas estão a 3 anos;
- 2- Pessoa está 7 anos;
- 1- Pessoa está a 5 anos;
- 6- Pessoas que nunca foram empregadas.

Apesar de que nos últimos anos Angola tem passado por uma fase de um nível de desemprego muito elevado, as pessoas com deficiência passam por esta dificuldade de inclusão no mercado de trabalho de forma duplicada, ou seja, ou seja, o prejulgamento das suas capacidades com base na sua aparência física acaba fazendo com que as mesas sejam deixadas à parte ou colocando as suas limitações como empecilho no processo de desempenho de alguma função.

Gráfico 8- Resposta à pergunta: “Já passou por atos preconceituosos em entrevista? ”.

PRECONCEITO EM ENTREVISTA



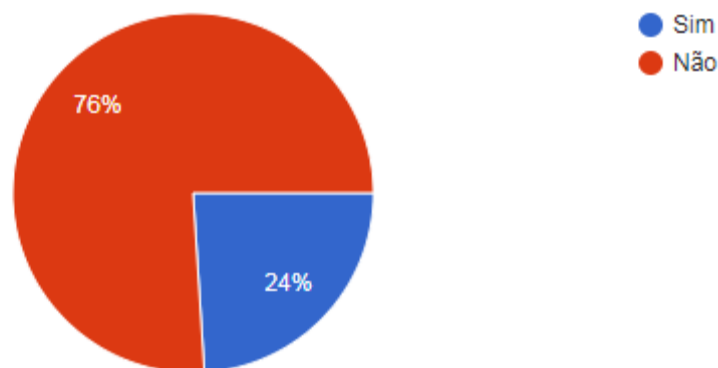
Fonte: Elaboração própria (2023)

Quanto aos entrevistados (as) em relação aos atos preconceituosos no processo de entrevista de emprego (pergunta 16), 75% dos entrevistados que são 18 pessoas responderam que não passaram por preconceitos, sendo 6 pessoas que representam 25% já passaram por preconceito no processo de entrevista no emprego.

Uma outra pergunta importante da nossa pesquisa, foi sabermos se os entrevistados têm conhecimento sobre a existência de políticas públicas em Angola direcionada a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho formal (pergunta 17 e 18)

Gráfico 9- Resposta à pergunta: “Já ouviu falar de políticas públicas criadas para inclusão de pessoas com deficiências no mercado de trabalho em Angola?.

POLÍTICAS PÚBLICAS CRIADAS PARA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO EM ANGOLA



Conforme o gráfico acima, 19 pessoas, ou seja, 76% dos entrevistados não têm conhecimento da existência da referida política pública em Angola e somente 6 entrevistados que representam 24% sabem da existência da mesma. Dentre eles 3 pessoas conheceram através da TV, uma em palestras educacionais e mídias sociais, uma em conversas com amigos e por último uma se apercebeu através de palestras, na comemoração do dia dedicado às pessoas portadoras de deficiência.

Apesar de que as mídias digitais têm sido o maior meio de comunicação e de fluxos de informação, ainda há poucas pessoas que ouviram falar sobre a existência das políticas públicas criadas especificamente para elas. Assim sendo há necessidade que se crie mais formas de fazer chegar as informações pertinentes para que as pessoas possam

reivindicar os seus direitos e suas oportunidades furtadas diariamente. É necessário que haja mais palestras, não simplesmente em canais televisivos como também presencialmente em zonas não urbanizadas, uma vez que existem muitas pessoas com deficiências em situações precárias vivendo distante das cidades.

Finalizando as questões do nosso questionário, efetuamos duas questões abertas para que os entrevistados pudessem ter a liberdade de se expressarem de forma mais detalhada.

A ideia de deixar as questões centrais e deixá-las abertas, parte do intuito de incentivar o entrevistado falar na primeira pessoa e conseqüentemente expressar o seu parecer sobre a temática em questão com mais liberdade, conforme a grande frase de ASSAKI (2007, p.1) “Nada sobre nós sem nós”, ou seja, nada melhor do que nós mesmos para falarmos sobre o que são as nossas vivências, seja no sentido de desafios enfrentados como também concernente a conquistas tidas durante o percurso da nossa vida. Assim sendo, a seguir faremos breves reflexões em torno de algumas respostas dadas pelos entrevistados, afinal, como mencionado anteriormente, o primeiro passo a ser dado para que se crie melhorias para determinada situação é conhecer o real problema a ser solucionado, e não tem como fazê-lo se não ouvirmos as necessidades e anseio de quem vivencia diariamente a situação, o mesmo ocorre quando se pretende sugerir melhorias como é o nosso caso.

Questionados sobre suas opiniões acerca das oportunidades de emprego para pessoas com deficiência entre o setor público e privado em Angola (pergunta 19), não nos é permitido divulgar os dados pessoais dos entrevistados, as respostas obtidas sobre as oportunidades foram bem interessantes o que nos leva a uma interessante reflexão com relação ao ponto central da nossa temática, conforme a imagem abaixo que representa o resumo das respostas dadas pela entrevista.

Imagem 2- Ponto de vista dos entrevistados em relação às oportunidades de emprego em Angola.



Fonte: Elaboração própria (2023)

Entre as respostas apresentadas, é interessante comentarmos sobre algumas respostas que nos chamam atenção, quando por exemplo, o entrevistado afirma que, “as pessoas com deficiências em Angola são esquecidas, o que os fazem ser dependentes de outrem, financeiramente e não só”. Além do esquecimento manifesto pela falta de atenção para as pessoas com deficiências e a dependência financeira que estas pessoas acabam tendo de seus familiares e amigos, esta afirmação nos leva a fazer também, uma associação a questão dos jogos políticos sobretudo baseado no capitalismo, quando o que se observa é uma tática de dependência da população para com o Estado e principalmente para os Governos que

muito fazem para benefício próprio, o que seria para o benefício comum, pois um povo independente, com oportunidades de ter a sua própria renda e liberdade de desenvolvê-la produzir sua própria riqueza, não se sujeita às manipulações de jogos políticos.

O momento em que grupos excluídos da sociedade são repensados e que de certa forma há promessas por parte do governo no sentido de serem contemplados, é quando se aproxima as eleições presidenciais, é o momento em que o governo (que estiver dirigindo o país) pensa em colocar em prática o que durante algum tempo não realizou para poder ter os votos de pessoas pobres financeiramente e pessoas com deficiências.

Segundo o site de notícias VOA (2022), tratando sobre campanha por inclusão de pessoas com deficiência nas listas dos partidos às eleições, partidos políticos como o MPLA, UNITA, CASA-CE e Bloco Democrático, têm sido acusados de instrumentalizarem pessoas com deficiência, colocando-as em posições inelegíveis nas suas listas eleitorais. Defende-se que o motivo a é a falta de representatividade nos cargos governamentais anteriormente mencionada, e a falta de representatividade em cargos de alta gestão em partidos políticos, o que traz uma certa revolta por parte destas pessoas que não são verdadeiramente contempladas quando os objetivos partidários em épocas de eleições são atingidos.

As dificuldades existentes no processo de inclusão no mercado de trabalho, é uma das causas, senão a principal causa que faz com que as pessoas com deficiência recorrem ao mercado informal de trabalho como uma escapatória e subsistência, o que torna ainda mais dificultoso as suas vivências, porque a dependência do mercado informal em Angola é um desafio muito difícil por causa da falta de saneamento básico no país e principalmente ao o acesso rodoviário, no que acaba causando mais perigos de vida, dentre eles acidentes nas rodovias, o que conforme podemos observar na presente pesquisa feita, que muitas deficiências se dão pelos elevados números de acidentes rodoviários.

Um outro comentário feito por um (a) entrevistado (a) a ser refletido é quando se diz que “não é fácil contratar pessoas com deficiências”. A questão entre facilidade em relação a dificuldade no processo de contratação, atualmente não seria pauta de debate ou discussão sendo que há uma necessidade de inclusão de pessoas com deficiências no mercado de trabalho, há necessidade de que grupos excluídos e esquecidos da sociedade comecem a fazer parte das atividades da sociedade, pois elas não estão a quem da sociedade, afinal elas também fazem parte da mesma.

A resistência à inclusão de pessoas com deficiências no mercado de trabalho fez com que fossem necessárias a criação de normas/ leis, decretos, políticas afirmativas para que

de alguma forma esta resistência diminua até percebemos que é importante a sociedade ser inclusiva, é necessário que as pessoas gozem de direitos sem discriminações pelas limitações causadas por alguma lesão ou por falta de meios necessários para poder desempenhar suas funções no quotidiano. Este, e outros pontos que compõem o leque de respostas dadas pelos entrevistados como podemos observar na imagem anteriormente apresentada em relação às suas visões acerca da inclusão de pessoas com deficiências no mercado de trabalho, apontam a duas palavras chaves, sendo elas: preconceito e falta de oportunidade.

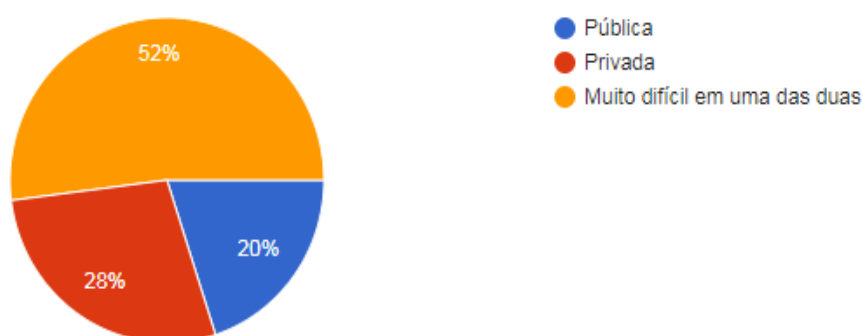
Para BANDEIRA; BATISTA (2002), o preconceito é considerado como uma forma de construção do outro, de uma alteridade, ou seja, do que é diferente a partir da própria neutralização desse outro.

Este conceito ou entendimento prévio sobre as pessoas tem causado consequências agravantes em todas as áreas da esfera social e política. Como podemos observar durante a nossa abordagem e as respostas obtidas na entrevista, pessoas com deficiências são tidas como incapazes, ou seja, incapacitados em desempenhar funções no mercado de trabalho, o que faz com que desde o processo de seleção sejam subestimadas e conotadas principalmente na etapa da entrevista. Por outro lado, dá-nos a entender, que as organizações e empresas tendem a olhar para pessoas com deficiências como uma despesa, um peso, porque elas terão que criar condições de acessibilidade e funcional para que a pessoa consiga desempenhar suas funções da melhor forma, o que quando não é feito pela organização, dificulta este processo de promover a inclusão e proporcionar mais oportunidades para este grupo específico de pessoas.

Em relação à falta de oportunidade no mercado de trabalho (pergunta 20 e 21), os entrevistados apresentaram a sua visão relativamente às oportunidades de contratação fazendo uma comparação entre o setor público e o setor privado em Angola.

Gráfico 10- Resposta à pergunta: Ao teu ver, em Angola é mais fácil ser contratado (a) em empresa pública ou privada?.

OPORTUNIDADES NO MERCADO DE TRABALHO



Fonte: Elaboração própria (2023)

Como podemos observar, 13 pessoas que correspondem a 52% dos entrevistados, alegam que é muito difícil serem contratadas seja em empresas privadas como em organizações públicas. Podemos notar também uma dualidade entre as visões acerca da facilidade de contratação, sendo que 7 pessoas (28%) defendem que é mais difícil no setor privado, e 5 pessoas (20%) afirmam o contrário.

A falta de oportunidade para pessoas com deficiência referente ao mercado de trabalho, é muito elevada por conta do não cumprimento da política pública implementada, isto por causa do preconceito instalado na sociedade, o pouco interesse manifestado por parte das instituições públicas e privadas na promoção da inclusão social o que reflete a realidade apresentada ao longo da nossa abordagem.

As respostas dadas pelos entrevistados são muito pertinentes à nossa reflexão, no entanto, é importante apresentá-las na íntegra para percebermos o porquê dos pareceres apresentados na questão anterior. Desta feita, apresentaremos a seguir as respostas dadas pelos entrevistados, mas vale ressaltar que serão usadas apenas a letra inicial do nome de cada entrevistado (a) cumprindo os critérios de não divulgação da identidade da pessoa, estabelecidos no questionário elaborado.

A) - No setor público, a concorrência é demasiada e o índice de corrupção lá também é maior.

A) - A sempre preconceito acerca das pessoas deficientes, pensam sempre em uma possibilidade de nós não sermos capaz de fazer coisas que eles precisam

F) - Em Angola tudo é ter como dizemos na gíria, padrinho na cozinha, se tens um conhecido, familiar ou amigo. Haverá vaga e irás trabalhar, se não irás lá dar o currículo ou enviar e nem ler, o vão ler.

F) - Por sermos mesmo pessoas diferentes na sociedade somos vistas como pessoas que não sabem fazer nada e se sabem não fazem com perfeição.

I) - Porque existe políticas adoptadas nas empresas públicas sobre a inclusão, onde são destinadas 2% das vagas dos concursos para pessoas com deficiências. Mas, não se aplica, mas empresas privadas, onde essas pessoas sofrem discriminação e preconceitos.

J) - Os dois sectores têm dificuldades extremas nas contratações, o sector privado exige tempos absurdos de experiência, sem ao menos permitir o formando demonstrar o que

vale, muito menos investindo nas formações de capacitação. No sector Público são lançados concursos públicos de fachada, para empregar os seus familiares e pessoas do seu convênio.

L) - Continuo dizendo q a sociedade nos vê como pessoas incapazes por sermos deficiente, mas na realidade nós somos capazes só precisamos de uma oportunidade para mostrar o nosso potencial.

S) - A demanda de pessoas desempregadas é muita e locais para empregar são poucas, e quando há uma oportunidade priorizam as pessoas sem deficiências porque há um certo tabu que pessoas “deficientes” como eu são incapazes de realizar algumas atividades.

T) - É mais fácil em empresa privada porque o sector privado tem sempre vagas disponíveis a qualquer momento, já o estado o recrutamento é na maior parte na área da saúde. E nós que não fizemos saúde resultado, ficar em casa.

Com base nestas e outras demais falas relevantes dos entrevistados em relação a pessoas com deficiências versos mercado de trabalho formal, verificamos o quão relevante é o assunto e principalmente a emergente necessidade de elaboração de diretrizes para dar resposta a esta situação de grupos de pessoas que desejam contribuir para o desenvolvimento do país, vão atrás de oportunidades e lhes são negados direitos em detrimento da deficiência que ele (a) apresenta.

A inclusão de pessoas com deficiências seja no mercado de trabalho formal ou em outras diversas áreas da vida, dependem de uma força coletiva onde envolve, organizações estatais, particulares, e a sociedade no geral não criando empecilhos e nem promovendo atitudes preconceituosas, antes, porém tratando as pessoas com deficiências com empatia e promovendo ações inclusivas e de consciencialização da mesma.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordar sobre políticas públicas de inclusão é algo muito necessário e de impacto social muito relevante, pois se queremos ter uma sociedade melhor e inclusiva, é necessário melhorar o modo em que elas vivem e se relacionam, isto partindo de questões prioritárias como estabelecer equidade criando políticas públicas, proporcionar melhores condições de vida para a sociedade no geral, principalmente para grupos excluídos que vivem e convivem com experiências complexas, sendo na convivência interpessoal por causa do preconceito ainda demonstrado em algumas sociedades, como na acessibilidade e acesso aos bens e serviços.

O presente trabalho direcionado para obtenção da resposta às questões norteadoras inicialmente proposta: “quais motivos excitam a exclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho formal em Angola, e quais meios ou medidas tomadas pelo governo para inclusão e sobretudo acessibilidade destas pessoas no âmbito empregatício em Angola, atingiu os objetivos traçados com base nas fontes utilizadas e dados coletados.

A partir da análise feita com base nas diversas fontes utilizadas notou-se que: o preconceito enraizado nas sociedades e sobretudo por parte do governo nas escolhas das políticas públicas tidas como prioritárias, e também na sua efetivação que tem muita influência dos interesses políticos, o que torna muito dificultosa a contemplação de pessoas com deficiências. Assim sendo, vale ressaltar que a falta de informação por parte das pessoas com deficiências acerca da existência de políticas públicas direcionadas a elas, faz com que elas tenham pouco conhecimento sobre o assunto e não conheçam os seus direitos, ou seja, se os direitos são desconhecidos, então não são cobrados. O contrário acontecerá se as empresas públicas e privadas demonstrarem o interesse em relação a inclusão de pessoas com deficiências no mercado de trabalho e cumprirem ao instituído por Decreto/ lei, e promovendo a equidade com base nas suas ações, sem esquecer o papel fundamental da divulgação das informações públicas através das grande mídias e redes de comunicação pública velando pelo princípio da transparência e por fim, a fiscalização no cumprimento das leis para que a aplicabilidade das políticas públicas sejam efetivas.

Em relação a presente pesquisa é necessário ainda frisar o quanto foi dificultosa porque além dos motivos anteriormente mencionados, em Angola acesso à informação e seu fluxo é muito precário, principalmente quando se refere à publicitação de documentos públicos nos locais facilitadores ao seu acesso, e também nota-se o pouco incentivo a publicação de conteúdo acadêmicos e científicos. Estas dificuldades, limita-nos no processo

do estudo a determinados assuntos voltados à Angola, por este motivo foi feito o uso de vários sites oficiais de informações e alguns autores externos ao país em questão, principalmente livros e artigos de autores brasileiros pela similaridade das realidades entre os dois países relativamente a determinadas questões, apesar de o Brasil ser um país relativamente mais avançado nesta questão de inclusão social e políticas públicas para promovê-la.

Apesar das dificuldades tidas, considera-se que a pesquisa alcançou o seu propósito, mas, com relação às políticas públicas em si, ainda fica muito a desejar para futuros trabalhos direcionados a determinados grupos das sociedades que são de certa forma deixados à parte.

A presente temática merece atenção não somente por parte dos governantes angolanos e estrangeiros como também da sociedade no geral, e quanto a pesquisa, recomenda-se a continuidade e aprofundamento das pesquisas sobre a temática trabalhada, pois acreditamos que novos olhares sobre as questões abordadas neste trabalho, poderão trazer importantes contribuições e superar as limitações tidas na presente pesquisa.

Com tudo, para futuras pesquisas, em relação ao processo de inclusão de pessoas com deficiências no mercado de trabalho, é importante que se faça um estudo analítico mais aprofundado, voltado a fiscalização na aplicabilidade das políticas públicas afirmativas em Angola. Assim sendo, a análise poderia partir de um duplo olhar sobre a situação em causa, não somente na visão das pessoas a serem contempladas, mas também na perspectiva das entidades empregadoras. Deste modo, estaremos contribuindo de alguma forma para o melhoramento destas questões pertinentes.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, José. **DW**. Angola: Deficientes excluídos do mercado de trabalho. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/angola-lei-que-estipula-cotas-para-deficientes-no-mercado-de-trabalho-n%C3%A3o-%C3%A9-cumprida/a-46366584>. Publicado: 20. Nov. 2018. Acesso em: 12. Mar. 2023.

ALBERTO, José. **DW**. Pessoas com deficiência querem representantes no Parlamento. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/angola-pessoas-com-defici%C3%Aancia-querem-representantes-no-parlamento/a-61990828> Acessado em: 12. Agost. 2022.

ALBERTO, José. A pessoa com deficiência é vista como inútil em Angola. **DW**. Publicado: 03.Dez.2019. Disponível em: [https://www.dw.com/pt-002/a-pessoa-com-defici%C3%Aancia-%C3%A9-vista-como-in%C3%BAtil-em-angola/a-51519830#:~:text=O%20soci%C3%B3logo%20angolano%20Adilson%20Luassi,para%20essa%20camada%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o](https://www.dw.com/pt-002/a-pessoa-com-defici%C3%Aancia-%C3%A9-vista-como-in%C3%BAtil-em-angola/a-51519830#:~:text=O%20soci%C3%B3logo%20angolano%20Adilson%20Luassi,para%20essa%20camada%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o.). Acesso em: 02.Abr. 2022.

AMBRÓSIO, António. **DW**. Angola: Jovens com deficiência física queixam-se de exclusão. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/angola-jovens-com-defici%C3%Aancia-f%C3%ADsica-queixam-se-de-exclus%C3%A3o/a-55808118> Acesso: 02. Jun.. 2022.

ANDA. **Nossa História**. Disponível em: <https://andaangola.org/nossa-hist%C3%B3ria>. Acesso: 20. Mar. 2023.

ANGOLA. **Constituição da República de Angola**. 2010.

ANGOLA. Relatório Final Implementação da convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência relatório inicial 2014 - 2016. Disponível em: <http://www.servicos.minjusdh.gov.ao/files/RELATORIOFINALCPCD.pdf>. Acesso em: 02. Abr.2022.

ANGOLA. **Representação permanente junto das organizações internacionais em Viena**. Disponível em:

<https://www.embangola.at/dados.php?ref=sobre-angola#:~:text=A%20Rep%C3%BAblica%20de%20Angola%20fica,a%20oeste%20pelo%20Oceano%20Atl%C3%A2ntico>. Acesso em: 22. Abr. 2023.

ANTONIO, Antonio; MENDES, G. M. Lunardi; GONZALES, H. Osvaldo. Políticas de Educação Especial numa perspectiva inclusiva em Angola: contexto, avanços e necessidades emergentes (1979-2017). revista Scielo. Brasil. p.1-22, 2021.

AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. Políticas públicas: conceitos e análise em revisão. **Agenda Política**, v. 3, n. 2, p. 12-42, 2015.

ARAÚJO, Gilmar Vieira; BARBOSA JUNIOR, José Alberto. O dano moral decorrente da discriminação da pessoas com deficiência física no ambiente de trabalho. Revista Jornada Científica. v. 1 n. 2 (2016): Educação e Sociedade, Lorena, SP.

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. 4. ed. São Paulo : **Nova Cultural**, 1991, p. 1-377.

AYDOS, Valéria. Construindo o “bom trabalhador”: inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. **Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, 2021.

BANDEIRA, Lourdes; BATISTA, Analía Soria. Preconceito e discriminação como expressões de violência. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, p. 119-141, 2002

BARROSO, Nuno Paulino. **A inserção de pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho: um estudo sobre o lugar das pessoas com deficiência em uma organização de serviço público em Angola**. 2011, p.1-73.

BERNARDES, Adriana Oliveira. Da integração à inclusão, novo paradigma. **Revista Educação Pública**, v. 10, nº 9, 16 de março de 2010. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/10/9/da-integracao-a-inclusao-novo-paradigma>. Acesso em: 15. Dez. 2022.

Blogue de Gografia. **Mapa de Angola com províncias e capitais**. Publicado: 21.jan. 2018. Disponível em: <https://suburbanodigital.blogspot.com/2018/01/mapa-de-angola-com-provincias-e-capitais.html>. Acesso: 21. Jun. 2023.

CAMUTO, Nelson. **DW**. Angola: Deficientes sem escola própria em Malanje. Publicado: 04. Out. 2021. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/alunos-com-necessidades-especiais-cada-vez-mais-afastados-do-ensino-em-angola/a-59402074>. Acesso em: 10. Agost. 2022.

CATANI, Afrânio Mendes. **O que é capitalismo**. Brasiliense, 2017.

CHAMBASSUCO. Número de habitantes passa a barreira dos 30 milhões este ano. **Expansão**. Disponível em: <https://www.expansao.co.ao/angola/interior/numero-de-habitantes-passa-a-barreira-dos-30-milhoes-este-ano-65241.html> . Publicado: 07. Jan. 2019. Acesso em: 06. Mar. 2022.

DIAS, Reinaldo, MATOS, Fernanda, Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos. Editora: **Atlas**. p.1- 21, 2012.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. Brasiliense, 2007.

DOS SANTOS, Odair Estevão et al. A inclusão de pessoas com paralisia cerebral e dificuldades de aprendizagem matemática mediadas pelas tecnologias da informação e comunicação. In: **Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores**. Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2011. p. 7109-7116.

FCB; EVC. **Novo regulamento relativo a vagas e procedimentos para a contratação de pessoas com deficiência**. Disponível em: <http://www.rodra.co.za/images/countries/angola/legislation/Regulation%20on%20reservation%20of%20vacancies%20and%20procedures%20hiring%20of%20people%20with%20disabilities%20Presidential%20Decree%20No%202012-16%20of%20January%202015%202016.pdf>. Acesso em: 07. Jan. 2023.

FREIRE, Sofia. Um olhar sobre a inclusão. **Revista de Educação**, 2008, p. 5-20.

FAPD. **VOA**. Angola: Pessoas com deficiência discordam de relatório governamental apresentado em Genebra. 2023. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/angola-pessoas-com-defici%C3%Aancia-discordam-de-relat%C3%B3rio-governamental-apresentado-em-genebra/7016806.html>. Acesso em: 19. Abr. 2023.

GASPAR, Esperança. **VOA**. Angola: Deficientes queixam-se de discriminação. Disponível em:

<https://www.voaportugues.com/a/article-07-17-11-angola-deficientes-125710948/1260730.html>. Acesso em: 13. Mar. 2023.

GIL, Antônio Carlos. Como classificar as pesquisas. **Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 4, n. 1, 2002, p. 44-45.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. - 4. ed. - **São Paulo: Atlas**, 2002.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. **São Paulo: Atlas**, 2008.

IGLESIAS, Tania Conceição. CONCEITOS DE PÚBLICO E PRIVADO: UM OLHAR SOB A LUZ DE HABERMAS, FREYREE HOLANDA. **Revista Contrapontos**, v. 19, n. 1, p. 02-15, 2019

ISSUFO, Nádia. **DW**. Angola: O poder local é uma ameaça ao poder central?. Disponível em:

<https://www.dw.com/pt-002/angola-o-poder-local-%C3%A9-uma-amea%C3%A7a-ao-poder-central/a-52219835>. Acesso: 11. Out. 2022.

JORNAL DE ANGOLA. **Defendida maior atenção aos cegos**. Publicado: 11. Junh. 2015.

Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=335360>. Acesso: 20. Mar. 2023.

JORNAL DE ANGOLA. **Liga de Apoio a Deficientes de Angola define planos para 2021**.

Publicado: _____ Disponível em:

<https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/liga-de-apoio-a-deficientes-de-angola-define-planos-para-2021/>. Acesso: 22. Mar. 2023.

JORNAL DE ANGOLA. **Hospitais do município com falta de fármacos**. Disponível em:

<https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/hospitais-do-municipio-com-falta-de-farmacos/> Acesso em: 23. Mai. 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de pesquisa. **São Paulo: Atlas**, 2002.

LAKTOS, Eva Maria; Marina de Andrade. Metodologia do Trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório publicações e trabalhos científicos. 4ª ed. **São Paulo: Atlas**, 1992.

LOTTA, Gabriela. Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil / organizadora, **Brasília: Enap**, 2019.

MARCELINO, Walter Silveiro Manuel. **A acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva à televisão pública de Angola**. 2019. Tese de Doutorado.

MASFAMU. Situação da pessoa com deficiência em angola de 2014 a 2022. Disponível em: <https://masfamugovao.gov.ao/ao/noticias/situacao-da-pessoa-com-deficiencia-em-angola-de-2014-a-2022/#:~:text=A%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20da%20Rep%C3%ABlica%20de,pela%20sua%20igualdade%20e%20dignidade>. Publicado: 11.Agost.2022. Acesso: 14. Abr.2023.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaro. Introdução à administração.-5 ed. rev. e ampl.- São Paulo: Atlas, p.1-544, 2000.

Noventa por cento das creches no país não recebem crianças com deficiência. **Jornal de Angola**. 2023. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/noventa-por-cento-das-creches-no-pais-nao-recebem-criancas-com-deficiencia/>. Acesso em: 18.Abr.2023.

NDOMBA, Pedro Borrvalho. **DW**. Hospitais de Angola com falta de medicamentos. Disponível em:

<https://www.dw.com/pt-002/faltam-medicamentos-infraestruturas-e-profissionais-de-sa%C3%BAde-em-angola/a-19127446>. Acesso em: 23. Mai. 2023.

OMS. Relatório mundial sobre a deficiência / World Health Organization, The World Bank ; tradução Lexicus Serviços Lingüísticos. - **São Paulo: SEDPCD**, 2012.

ONU. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007). Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Vitória: Ministério Público do Trabalho, Projeto PCD Legal, **Ed: 1ª**. Espírito Santo. 2014.

ORIHUELA. Elementos constitutivos do Estado: uma proposta de conceito de Estado. **JUS**, 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/44467/elementos-constitutivos-do-estado>. Acesso em: 24. mar. 2023.

PACHECO, Kátia Monteiro De Benedetto; ALVES, Vera Lucia Rodrigues. A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma. **Acta fisiátrica**, v. 14, n. 4, p. 242-248, 2007.

PROETTI, Sidney. As pesquisas qualitativa e quantitativa como métodos de investigação científica: Um estudo comparativo e objetivo. **Revista Lumen-ISSN: 2447-8717**, v. 2, n. 4, 2018.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica**. Edições Loyola, 2005.

SILVESTRE, Cleiver Elieth Ventura; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita. Políticas públicas para pessoas com deficiência em Angola. **Qualitas Revista Eletrônica**, v. 21, n. 2, p. 40-58, 2020.

SILVESTRE, Cleiver Elieth Ventura. Políticas públicas para pessoas com deficiência. 2017.

SÁ, Elizabet Dias de. Interrogando a deficiência. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 12, p. 13-15, 1992.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Nada sobre nós, sem nós: Da integração à inclusão – Parte 1. **Revista Nacional de Reabilitação**, ano X, n. 57, jul./ago. 2007, p. 8-16.

TEIXEIRA, Anderson Vichinkeski. A equidade na Filosofia do Direito: apontamentos sobre sua origem aristotélica. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 128, p. 88-92, 2012.

UA. Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos Relativo aos Direitos das Pessoas com Deficiência em África. **Etiópia: Adis Abeba**. 2018.

VASCONCELLOS, Mariana Vannucci; MENDONÇA, De Fas. Políticas públicas e sua importância para o desenvolvimento. In: **XVII Encontro Preparatório para o Congresso Nacional do CONPEDI**. 2008.

VOA. Angola Campanha por inclusão de pessoas com deficiência nas listas dos partidos às eleições, partidos políticos como o MPLA, UNITA, CASA-CE e Bloco Democrático, têm sido acusados de instrumentalizarem pessoas com deficiência. Publicado: 24. Jun. 2022. Disponível Em: <https://www.voaportugues.com/a/angola-campanha-por-inclus%C3%A3o-de-pessoas-com-defici%C3%Aancia-nas-listas-dos-partidos-%C3%A0s-elei%C3%A7%C3%B5es/6631412.html> Acesso em: 08. Mai. 2023.

XAVIER, Domingos. Políticas públicas e o seu impacto para pessoas com deficiência: o caso de Angola. 2019. **Dissertação de Mestrado.** Disponível em: <https://recil.ensinulusofona.pt/bitstream/10437/10336/1/S%20Xavier%20Final1.pdf>.

Acesso: 12. Mar. 2023.

WELCOME TO ANGOLA. **Malanje.** Disponível em: <https://welcometoangola.co.ao/local/angola/malange/>. Acesso em: 10. Agost.2022.

ZUCHERATO, Bruno; CUNHA, Lúcio; DE FREITAS, Maria Isabel Castreghini. **Os desastres em áreas de fronteira: pesquisa hemerográfica na cidade da Guarda.** In: Espaços de fronteira, territórios de esperança: paisagens e patrimónios, permanências e mobilidades. 2014. p. 95-107.

APÊNDICE

1. Nome completo
2. Idade
3. Sexo
4. Em qual província mora?
5. Qual é o seu nível acadêmico?
6. É uma pessoa com deficiência?
7. Qual é o tipo de deficiência?
8. Caso a resposta anterior for outra, por favor especificar qual é o tipo de deficiência que tem.
9. Qual foi a causa da deficiência?
10. Caso a resposta anterior for outra, por favor especificar a causa da deficiência.
11. Você trabalha?
12. Caso a resposta for "Sim" Qual cargo ocupa?
13. A empresa que trabalha é pública ou privada?
14. Quais dificuldades enfrenta no local de trabalho?
15. Caso a resposta for "Não trabalha" a quantos anos não trabalha?
16. Já passou por atos preconceituosos em entrevista de emprego?
17. Já ouviu falar de políticas públicas criadas para inclusão de pessoas com deficiências no mercado de trabalho em Angola?
18. Se sim, onde foi que ouviu?
19. Qual é a sua opinião acerca das oportunidades de emprego para pessoas com deficiência no setor público e privado?
20. Ao teu ver, em Angola é mais fácil ser contratado (a) em empresa pública ou privada?
21. Por favor, justifique a sua afirmação anterior

Link do formulário google:

<https://forms.gle/o2xJ5wpvnbBEEL479>